



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0390/12	DATA: 24/04/2012
INÍCIO: 09h20min	TÉRMINO: 11h55min	DURAÇÃO: 02h36min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h36min	PÁGINAS: 55	QUARTOS: 31

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

GERSON NOGUEIRA MACHADO DE OLIVEIRA – Major-Brigadeiro-do-Ar, representando o Excelentíssimo Senhor Celso Amorim, Ministro de Estado da Defesa Nacional.

CARLOS ALBERTO ATAÍDE TRINDADE – Major, Diretor do Departamento de Integração do Sistema Brasileiro de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência, representando o General-de-Exército José Elito Carvalho Siqueira, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional.

JOSÉ GOMES MONTEIRO NETO – Assessor de Relações Institucionais na Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça.

JOANISVAL BRITO GONÇALVES – Consultor Legislativo do Senado Federal.

SUMÁRIO: Debate sobre o tema *a política de inteligência nos grandes eventos*.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.

Houve intervenção fora do microfone. Ininteligível.

Há palavra ininteligível.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Senhoras e senhores, colegas Parlamentares, convidados aqui presentes, aqueles que nos assistem pela *Rádio Câmara, Rádio Senado, TV Câmara e TV Senado*, gostaria de agradecer a todos a presença.

As nossas audiências públicas, que começam agora, têm como tema a política de inteligência nos grandes eventos, agora pela manhã, e, no período da tarde, o que o serviço de inteligência no País considera como grandes eventos.

Então, hoje, para nós é um dia importante. A Comissão Mista de Inteligência do Congresso Nacional, responsável por acompanhar os serviços de inteligência no País, criada em 2000, realizou dois eventos sobre inteligência: um em 2000, presidida pelo Deputado Aldo Rebelo, e outro em 2009. Nós vamos, agora, realizar o terceiro debate acerca dos trabalhos de inteligência no País.

Queria, ainda, convidar os nossos representantes, que vão fazer as suas falas, a ocupar seus assentos à Mesa para que possamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Gostaríamos de convidar, para compor a Mesa, o Major-Brigadeiro-do-Ar Gerson Nogueira Machado de Oliveira, que neste ato representa o Excelentíssimo Senhor Celso Amorim, Ministro de Estado da Defesa Nacional — muito obrigada, Major, bom dia; o Sr. Carlos Alberto Ataíde Trindade, Diretor do Departamento de Integração do Sistema Brasileiro de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência, que neste ato representa o General-de-Exército José Elito Carvalho Siqueira, Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional — bom dia, muito obrigada; o Dr. José Gomes Monteiro Neto, Assessor de Relações Institucionais na Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça — muito obrigada.

Registro que recebemos, do Ministro José Eduardo Cardozo, saudação pela realização do nosso evento.

Convidamos, ainda, o Dr. Joanisval Brito Gonçalves, Consultor Legislativo do Senado Federal. Muito obrigada, Joanisval.

Senhores e senhoras, acho importante que façamos um breve relato aqui até chegarmos a este momento.



A Comissão Mista de Inteligência Nacional é composta por Deputados e Senadores. É uma Comissão Mista, das duas Casas, e que é representada, na sua essência, pelos Líderes das duas Casas, Líderes da Maioria e da Minoria. É ainda presidida ora pelo Presidente ou pela Presidenta da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, ora pela Presidência da Comissão de Relações Exteriores do Senado.

Assumi a Presidência da Comissão de Relações Exteriores da Câmara há menos de dois meses. Portanto, nesse período, eu a estou acumulando com a Presidência da Comissão Mista de Inteligência. Na primeira semana de maio, nos próximos 20 dias, estaremos repassando a Presidência desta Comissão ao Senado, porque já estaria, também, no seu tempo. E não gostaríamos que a Câmara, presidindo esta Comissão, e o próprio Congresso, não estivesse um pouco atenta e acompanhando os acontecimentos.

Eu diria a vocês que este é o primeiro momento de debate, em 2012, sobre os trabalhos de inteligência no nosso País, que são de tanta importância. Este aqui é apenas um ensaio do que eu considero que teremos que fazer, rotineiramente, no Congresso Nacional, nesta Comissão Mista de Inteligência daqui para a frente. A função do Congresso e a função desta Comissão é acompanhar e fiscalizar o serviço de inteligência no País, dentro do espírito democrático, para que nos dê segurança a todos — ao Congresso, à população, a todo o nosso Brasil.

Então, colegas aqui presentes no dia de hoje, no âmbito da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, teremos a oportunidade de discutir dois temas de extrema importância para os interesses nacionais e para a segurança do Estado e da sociedade: o papel da atividade de inteligência nos grandes eventos, que é o painel de agora pela manhã; e a percepção por nossos serviços secretos das ameaças ao Brasil.

Neste momento cada vez mais conturbado do planeta, em que a violência e a desigualdade entre pessoas e entre nações tem aumentado, ninguém se pode dizer completamente seguro. No campo das relações internacionais, é fundamental que os Estados desenvolvam mecanismos que, sempre sob a égide dos princípios democráticos e respeitando os direitos e garantias individuais, possam fazer frente



às ameaças tradicionais e às chamadas novas ameaças, como o crime organizado e até o terrorismo.

Para isso, o desenvolvimento de um aparato de inteligência eficiente, eficaz e efetivo é fundamental para garantir a redução do nível de incertezas, possibilitando inclusive o acompanhamento permanente de cenários e a antecipação em obter respostas relacionadas aos eventos que possam indicar o emprego e a necessidade da inteligência nacional.

Que fique claro para cada um de nós, senhoras e senhores, que democracia nenhuma pode abrir mão de serviços de inteligência eficientes e eficazes para proteger o Estado e os cidadãos. É importante que fique claro ainda que essas agências de inteligência devem operar sob princípios democráticos de acordo com as leis e a Constituição. Democracia e atividade de inteligência, como veremos hoje, são plenamente compatíveis.

O Deputado Aldo, inclusive, quando realizou o primeiro seminário de inteligência do Congresso Nacional, alertava:

“A atividade de inteligência sempre esteve e deverá estar associada à luta pela preservação de interesses nacionais e de direitos pela ampliação dos horizontes científicos e tecnológicos do país e de uma nação.”

Um aspecto fundamental da atividade de inteligência no regime democrático é o controle externo, exercido eminentemente pelo Poder Legislativo. É o controle que permite ao cidadão, por meio dos seus legítimos representantes eleitos, os Deputados e Senadores, fiscalizar e acompanhar a atuação dos órgãos de segurança e inteligência do Estado, criados para proteger esse cidadão, o Estado e os valores democráticos, inclusive.

Controle é, portanto, fundamental para qualquer país que se promete ser grande.

Durante muito tempo, o Poder Legislativo deu pouca atenção ao controle da atividade de inteligência. Passa da hora de mudarmos esse quadro. Essas transformações passam não somente pela revisão da legislação pertinente, mas também pela efetivação do controle externo exercido pelo Parlamento. E isso,



senhoras e senhores, na minha opinião, começa a acontecer, inclusive com mais eficácia, a partir de agora.

As audiências de hoje são o marco inicial para uma série de debates sobre a atividade de inteligência, que na minha opinião são urgentes, no Congresso Nacional, e ainda sobre o controle dos serviços secretos e o papel da inteligência nos regimes democráticos.

Como Presidente da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, registro aqui a minha preocupação com a melhoria da qualidade de nossos serviços secretos e o meu compromisso com o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle externo, de competência do Poder Legislativo.

Vale ressaltar aqui que a votação de um regimento interno permanente do Congresso Nacional faz-se necessário e urgente para que esta Comissão exerça o seu papel democrático de fiscalização.

Ainda vejo como uma necessidade urgente para o País uma política de inteligência nacional. Nenhum país que pretenda ser grande, soberano e democrático, pode abrir mão de serviços de inteligência, inclusive acompanhados pelo Congresso Nacional e pela sociedade.

Gostaria de agradecer novamente a presença aos nossos Deputados e Parlamentares e à nossa Mesa.

Já vamos começar a chamar o nosso primeiro convidado para que possa usar da palavra, o Major-Brigadeiro-do-Ar Gerson Nogueira, que terá pelo menos 20 minutos.

Depois vamos abrir espaço aos nossos representantes do Congresso, para que eles também possam usar da palavra.

O SR. DEPUTADO TAUMATURGO LIMA - A senhora me permite?

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Sim.

O SR. DEPUTADO TAUMATURGO LIMA - Eu queria, primeiramente, parabenizar V.Exa. pela audiência pública sobre um tema importante como é o papel da inteligência. Mas eu queria aproveitar este momento, que acho importantíssimo, Deputada, para fazer um registro.

Estou recebendo o *e-mail* de uma companheira lá de Capixaba, no Estado de Acre. Aquela faixa de fronteira entre o Acre e a Bolívia está passando por um



momento difícil: o Exército boliviano está tomando os bens dos produtores rurais, numa demanda que já vem há muito tempo.

Eu queria deixar isso registrado aqui. Estou fazendo um requerimento para a nossa Comissão de Relações Exteriores porque eu acho que é preciso tomar providências. Eu queria pedir o apoio de V.Exa., de todos os colegas e das autoridades que estão aqui, porque, como está a situação, lá pode haver mortes.

Recebi este *e-mail* ontem à noite. A situação é difícil e o conflito tem que ser resolvido através do Governo brasileiro e do Governo boliviano.

Eu também queria pedir o apoio de V.Exa. nessa situação diplomática delicada, que tem de ser resolvida, pois ali há brasileiros que estão correndo risco de morte.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Deputado Taumaturgo. V.Exa. fez o seu registro, que vamos encaminhar, inclusive, para que a Comissão acompanhe e trate a questão.

Gostaria, ainda, de agradecer a presença à Deputada Jaqueline Roriz e ao Deputado Alfredo Sirkis. Muito obrigada.

Com a palavra o Major-Brigadeiro-do-Ar Gerson Nogueira.

O SR. GERSON NOGUEIRA MACHADO DE OLIVEIRA - Deputada Perpétua, Srs. Deputados, senhoras e senhores, muito bom dia.

Para nós é uma satisfação muito grande participar desta audiência pública passando algumas informações sobre os nossos planejamentos, sobre o dimensionamento da segurança de grandes eventos.

A minha primeira intervenção será no intuito de situá-los como estamos realizando esse planejamento em relação à segurança desses grandes eventos. De antemão já nos coadunamos com as palavras da Deputada Perpétua em relação à normalidade institucional onde estão se desenvolvendo esses grandes eventos.

Em todo nosso planejamento e toda nossa concepção para a participação, tanto na parte de segurança quanto na parte de defesa do País, foi levada em consideração a normalidade institucional. Ou seja, todas as garantias e leis serão preservadas na sua essência. Não haverá nenhuma ação em exceção para as nossas atividades.



Eu solicitaria permissão para ficar de pé e fazer uma brevíssima apresentação, apenas para situá-los nesse planejamento. Depois, falaremos especificamente com relação à inteligência que está sendo fomentada para que esses eventos sejam um sucesso para o País e para a sociedade brasileira.

Nós estamos inseridos, nós temos nossas mentes voltadas para o sucesso desses grandes eventos.

Apenas lembro que esses grandes eventos começam agora em junho, com a Rio+20. Nós temos a Copa das Confederações o ano que vem; o Encontro Mundial da Juventude, que é muito pouco falado e vai ser um evento enorme no Brasil, pois estão sendo esperadas mais de 150 mil pessoas; a vinda do Papa, a Universíade, que também é um grande evento que está sendo pouco falado; a Copa do Mundo, logicamente, e as Olimpíadas de 2016.

Então, esse nosso dimensionamento, que começou em 2010, visa esse espaço temporal até 2016, que começou, ano passado, com os Jogos Militares Mundiais, um evento também grandioso para o País, que teve sucesso.

Permitam-me ficar de pé para visualizar a nossa apresentação.

(Segue-se exibição de imagens.)

Vou falar rapidamente da participação das Forças Armadas nos grandes eventos a serem realizadas no Brasil. Citei especificamente as Forças Armadas, que dividimos em dois vetores para a segurança desses grandes eventos: um, responsável pela segurança pública, exercido pelo Ministério da Justiça; e outro pela defesa do País, exercido pelas Forças Armadas através do Ministério da Defesa, em que o planejamento surge desde o nível estratégico até o nível tático operacional, que será executado pelas Forças.

Vou citar dois planos básicos: o plano de segurança para a Conferência Rio+20, que é a nossa ameaça mais próxima, agora em junho, e os eixos de atuação do Ministério de Defesa para a Copa de 2014.

Logicamente que, a partir da Rio+20, esse dimensionamento e essa concepção de emprego das Forças Armadas e da vertente da segurança pública vai ter um legado pela frente, que vai ser utilizado em todos esses eventos que citei a partir do ano que vem, tanto da vinda do Papa quanto no Encontro Mundial da Juventude, Copa do Mundo e as Olimpíadas de 2016.



É só apresentar o controle das atividades de inteligência para a Comissão Mista e o planejamento da segurança para a conferência desses dois grandes eventos. Logicamente, ficará um legado muito grande para o País e para a atuação em grandes eventos.

Qual o papel das forças de segurança? Realizamos não vou dizer dezenas, mas várias reuniões na Casa Civil com todos os órgãos envolvidos voltados especificamente para a segurança, e a inteligência, logicamente, está inserida nesse contexto.

O Ministério da Justiça tem atribuições dentro desses eixos, e o Ministério da Defesa ficou com o controle do espaço aéreo, áreas marítimas, hidrovias, defesa das fronteiras e das infraestruturas críticas especificamente de defesa.

O contraterrorismo já foi citado agora e, depois, o será especificamente na parte de inteligência, de quais são essas ameaças.

Atuação como forças de contingência em todos os aspectos em que há uma insuficiência ou inexistência das forças normais de segurança pública e onde podem ser empregadas as Forças Armadas. Por exemplo, nessas forças de contingência, desastres naturais que possam ocorrer nesses grandes eventos, como já estamos atuando atualmente.

Fiscalização de explosivos; defesa QBRN — química, biológica, radiológica e nuclear; defesa cibernética e logicamente as ações de inteligência.

As ações de inteligência estão intimamente ligadas com o nosso planejamento inicial para o dimensionamento da segurança.

Com relação à Rio+20, a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, em 2012, esta é a visualização do planejamento das operações de segurança.

Só para citar onde estamos situados em relação ao amparo legal, a Constituição Federal, no art. 144 — não vou citar aqui —, e o Decreto nº 3.897, que prevê a hipótese de emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, preservação da ordem pública, incolumidade das pessoas, patrimônio, esgotados os instrumentos previstos na Constituição.

Esse decreto diz, em essência: *“(...) relativas a eventos oficiais ou públicos, particularmente os que contem com a participação de Chefe de Estado, ou de*



Governo, estrangeiro (...)” e aí entra uma responsabilidade das Forças Armadas para a segurança dessas autoridades.

Existe aquela máxima da administração de que, quando se atribui uma missão a alguém, logicamente, devem vir os recursos necessários para que se cumpra aquela missão com eficiência e eficácia. A nossa missão já está *linkada* intimamente com os recursos alocados para que consigamos desenvolver com eficácia a nossa missão.

Prover a segurança das delegações, Chefes de Estado e de Governo, participantes da Rio+20. Estão sendo esperados em torno de 90 Chefes de Estado e de Governo. Há várias confirmações de participação de países importantes, como Alemanha, África do Sul, China, a maioria dos países da América do Sul e América Central e alguns países da África, nesse evento.

Segurança dos locais dos eventos e de hospedagem, dos itinerários, dos deslocamentos, da área marítima e portuária, controle do espaço aéreo e as atividades aeroportuárias. Nós estamos inseridos todos nesse contexto.

No período de 5 a 29 de junho, logicamente, os dias mais importantes, serão os três dias em que haverá a participação dessas autoridades. No Rio de Janeiro, nós já podemos imaginar as dificuldades para dimensionar, dentro desse contexto, uma segurança em toda a cidade, empregando meios federais, estaduais e municipais, em coordenação com a ONU.

A ONU tem uma participação muito grande, porque o Riocentro, onde vão se desenvolver as reuniões de alto nível, é considerado — logicamente, entre aspas — um “território da ONU”. A responsabilidade pela segurança ali, dentro daquele recinto, o Riocentro, é da ONU. Logicamente que nós vamos traçar os círculos de segurança em torno daquele cenário.

Complementar as ações de segurança e instalações do Riocentro. Por que complementar? Justamente por isso que eu disse há pouco.

As Forças Armadas e os órgãos de segurança pública cumprirão a sua missão num quadro de normalidade institucional. Esta foi a orientação, esse é o plano de operações nos níveis estratégico, operacional e tático que foram designados para as Forças que vão executar realmente as ações: sempre considerar a normalidade institucional. Não haverá excepcionalidade.



Atividades planejadas e já coordenadas: segurança das delegações e de Chefes de Estado, segurança de áreas e instalações, itinerários e comboios. Há que se imaginar aqui a dificuldade e os óbices para fazer todas essas atividades no Rio de Janeiro com o movimento que existe naquela cidade.

Contraterrorismo, cibernética, QBRN.

Na parte de credenciamento, embora não seja de responsabilidade das Forças Armadas, nós estamos inseridos nesse contexto. A responsabilidade é da ONU, do MRE e da Polícia Federal na obtenção desses dados de credenciamento para que consigamos fazer o controle de acesso a essas áreas. O controle da área marítima portuária é de responsabilidade da Marinha do Brasil, e a defesa aeroespacial, controle do espaço aéreo e segurança de aeroportos da Força Aérea Brasileira.

O evento oficial vai ser realizado no Riocentro e vai haver vários eventos paralelos — essa é a grande dificuldade — no Parque dos Atletas, na Arena HSBC, no Galpão da Cidadania, no Pier Mauá. Ou seja, a cidade inteira do Rio de Janeiro, na Rio+20, vai estar envolvida com esse evento. E nós todos da sociedade brasileira temos que estar engajados para que tudo, além de ser seguro, obtenha sucesso. O Aterro do Flamengo, o MAM, o Viva Rio, no museu, e a Quinta da Boa Vista que está sendo utilizada como reserva. Lembro que, nesses eventos paralelos, estão sendo esperadas 50 mil pessoas, tanto brasileiros quanto estrangeiros.

Esse é o credenciamento que está sendo feito de responsabilidade da ONU e do MRE. E nós vamos ter que garantir a segurança, logicamente junto com os órgãos de segurança pública, nesses eventos que vão ocorrer paralelamente.

Os itinerários que vão ser seguros, como aeroportos e locais de hospedagem — há uma grande dificuldade com locais de hospedagem no Rio.

Todos sabem que foi modificada a data inicial de maio para junho. Esse adiamento de um mês foi em benefício do Brasil, logicamente, por isso que foi adiado, mas causou um grande transtorno para a rede hoteleira no Rio de Janeiro, porque estava reservado para maio e teve que protelar um mês para frente. Não é problema nosso, das Forças Armadas, mas o MRE está bastante preocupado com o problema de hospedagem. Inclusive já solicitou que algumas delegações,



principalmente a parte de apoio às delegações, fiquem nas organizações militares. Nós estamos tentando viabilizar essa solicitação.

Então, dos itinerários aeroporto a locais de hospedagem, locais e hospedagem aos locais de evento, tanto no Riocentro como naqueles paralelos, também prevendo a possibilidade de ocorrerem deslocamentos turísticos para as delegações principais, logicamente.

Emprego dos meios. Só para citar como foi dimensionado — eu não vou entrar em detalhes aqui: segurança dos locais de evento e de hospedagem, com relação à Marinha, ao Exército, aos órgãos de segurança pública federais, estaduais e municipais, está havendo uma interação muito grande, como nunca houve antes, entre Forças Armadas, Governo do Estado do Rio de Janeiro e Prefeitura do Rio de Janeiro. Todos os envolvidos estão voltados realmente para que o evento tenha sucesso.

Inclusive, na sexta-feira, ocorreu a última reunião. Compareceram cinco Ministros e mais o Ministério da Defesa. Houve um *briefing* bastante detalhado com o Comando Militar do Leste, órgão designado para executar essas ações no Rio de Janeiro.

Departamento de Salvaguarda e Segurança da ONU, no interior do pavimento. Já fizemos várias reuniões também com esse departamento da ONU. Eles já estiveram aqui várias vezes, logicamente para entender qual nosso modo de agir.

A segurança aproximada das autoridades, logicamente, sempre vai ser da nossa Polícia Federal. Segurança de comboio e itinerário: das Forças Armadas e dos órgãos de segurança pública. Segurança cibernética ficou especificamente para a Marinha e, mais detalhadamente, para o Exército brasileiro, que vai ser o responsável, a partir de agora, através da criação do Centro de Defesa Cibernética do Exército, coordenando os outros órgãos. Há uma preocupação bastante grande com relação a problemas de tecnologia da informação na Rio+20, juntamente com o Departamento de Segurança da ONU.

Nas rodovias, a Polícia Rodoviária Federal e a Estadual têm participado com bastante ênfase.



Segurança contra o terror — depois a parte de inteligência vai entrar mais especificamente com relação a essas ameaças: um destacamento contra o terror da Brigada de Operações Especiais e alguns meios adjudicados, como da Marinha e também das Forças Especiais da Força Aérea. Isso é só nós que vamos fazer.

E há que fazer uma diferença de defesa ou segurança antiterror e a contra terror. O antiterror são as ações preventivas para que não ocorram, que são os órgãos de segurança pública, Polícia Federal etc. Se ocorrer, nós vamos atuar já na ação repressiva.

Defesa QBRN. Lembro que temos, no Exército e na Marinha, companhias nas áreas química, biológica, radiológica e nuclear, juntamente com o Instituto de Radioproteção e Dosimetria e o Centro Estadual de Gerenciamento de Emergências Nucleares, ou seja, aquela infraestrutura crítica de Angra dos Reis e outras que possam ocorrer, química, biológica ou radiológica, também serão combatidas por essa companhia.

Logicamente, área marítima é da Marinha.

A defesa aeroespacial é uma área extremamente crítica. Estamos esperando centenas de aviões num único aeroporto no Rio de Janeiro, o Galeão. Já houve demanda para utilizar bases aéreas, todos os senhores sabem disso. Nós estamos tentando viabilizar a utilização das bases aéreas tanto para pousos e decolagens como para estacionamento de aeronaves. No Aeroporto do Galeão vai ser bastante crítico, dada a quantidade de voos que vão ocorrer para aquela localidade. Isso está sendo dimensionado e cuidado.

Então, cito o cronograma inicial, só para situá-los.

De 7 de março a 15 de maio: elaboração, coordenação e integração dos planejamentos, em todos os níveis.

De 16 de maio a 5 de junho: ensaios e ajustes das operações de segurança — todos itinerários vão ser batidos, todos os hotéis vão ser vasculhados. Será mais ou menos como foi feito agora no casamento do príncipe em Londres, onde se começou a fazer toda a parte de segurança um mês antes. Logicamente, nós estamos adaptando alguma coisa, não estamos copiando nada de ninguém. Já temos experiência nessa parte.



Em 4 de junho, ocorrerá a abertura do Centro de Coordenação de Operações de Segurança no Rio de Janeiro. Todos os órgãos vão estar no mesmo local. Ou seja, todas as informações serão centralizadas num órgão só. A partir dali, vão ser decididas as ações que vão ser realizadas para a execução.

Dia 6 de junho: estabelecimento dos dispositivos de segurança e início das operações. Ou seja, em 6 de junho, vai estar tudo pronto no Rio de Janeiro, tanto da parte dos órgãos de segurança pública quanto da parte das Forças Armadas.

Dias 13 e 15 de junho: reunião preparatória no Riocentro com todos os envolvidos, principalmente com os Departamentos de Segurança da ONU. Dias 16 a 23 junho: período da Rio+20. Dias 20 a 22 de junho: Conferência de Alto Nível. E dias 23 a 29: desmobilização de todo esse aparato.

(Segue-se exibição de imagens.)

Com relação à Copa do Mundo, este é o modelo de operação durante os jogos.

Com relação a Centros de Comando e Controle, teremos o Centro de Comando e Controle de Segurança Pública, Centro de Comando e Controle de Inteligência, especificamente de Inteligência, gerenciamento de risco e centralização da sua Inteligência. Isso vai ser comandado pela ABIN. Vai haver um Centro Nacional e 11 Centros Regionais, ou seja, nas 12 sedes, sendo que o Centro Nacional vai ser em Brasília, que é uma das sedes também.

Especificamente ao Centro de Comando e Controle de Defesa, que é o que nos interessa aqui, caberão as ações de emergência, nível 3. São, por exemplo, ataque químico, desastres naturais, coisas que fogem da nossa ação imediata, coisas imponderáveis.

Coordenação da Ação Militar em Fronteiras e na Proteção da Infraestrutura Crítica, já corroborando com o Deputado, que solicitou. Ou seja, todas nossas fronteiras serão, como são normalmente, são apenas vigiadas, mas também terão a presença das Forças Armadas. Essa parte é comandada pelas Forças Armadas. Vai haver o Centro de Comando e Controle Nacional, 9 Centros Regionais, como nós já temos o do Rio de Janeiro, que já é um legado da Rio+20 e o Centro de Segurança e Defesa Cibernética, que, em 2014, já vai estar consolidado.



Esses são os eixos de atuação na Copa do Mundo: Comando e Controle, Defesa Aeroespacial, Infraestrutura Crítica, Área Marítima. Ou seja, praticamente tudo, exceto Fiscalização de Explosivos e Emprego de Helicópteros. Na Copa do Mundo, vai ser um eixo importante o emprego de helicópteros nas 12 sedes.

(Segue-se exibição de imagens.)

Na estrutura de governança que foi montada para a Copa do Mundo, diferentemente do que está acontecendo na Rio+20, temos no mesmo nível o Ministério da Defesa e a Casa Civil, coordenando todos os trabalhos, o Ministério da Justiça e o GSI, logicamente, fomentando direto, com a parte de inteligência, desde agora. Ou seja, desde o ano passado, já está fomentando com inteligência, para que consigamos chegar a 2014 e esteja tudo pronto.

O Ministério da Defesa, através do Centro de Operações Conjuntas de Defesa, irá coordenar as ações das três Forças; o Ministério da Justiça, com o Centro Nacional de Segurança Pública, irá coordenar todos os órgãos de segurança pública. Logicamente, isso tudo vai ser integrado. Aqueles 11 Centros de Inteligência mais os 12 Centros de Segurança Pública e os 12 Centros das Forças Armadas, que vão estar nas 12 sedes, vão ser todos integrados com todas as informações. Logicamente, as informações vão sendo filtradas para cada órgão que necessitar de informação.

Esses são os investimentos em segurança para a Copa. É só um flashzinho com relação aos eixos: segurança pública, defesa, orçamento total da parte de segurança. Esses recursos já estão alocados, já estão sendo empenhados para que cheguemos a 2014 e esteja tudo pronto.

Para terem ideia, especificamente na defesa, 2014 é o ano em que vamos ter menos recursos, porque tudo vai ser aplicado a partir deste ano. Ou seja, atribuiu-se a missão, e nós já temos os recursos.

(Segue-se exibição de imagens.)

Esses são os recursos que já foram distribuídos às Forças.

Um planilha orçamentária. Ou seja, tudo foi especificamente pensado, muito debatido com a Casa Civil, desde o ano passado.



Isso era o que tinha para apresentar, apenas para situar a audiência e os Srs. Deputados e Srs. Senadores em relação a como estamos dimensionando a parte de segurança.

Eu creio mesmo, firmemente, que estamos no caminho certo. Tenho a certeza de que tudo o que está sendo desenvolvido com os recursos alocados está sendo bem feito e será eficaz. Pensamos naquelas ameaças imponderáveis. Ou seja, tudo está sendo considerado para que o Brasil obtenha sucesso em todos esses grandes eventos.

Estou à disposição de todos para responder a qualquer pergunta que se faça necessária.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Obrigada, Major Gerson Nogueira.

Gostaria de registrar a saudação do Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Juniti Saito, ao mesmo tempo em que manda seu representante, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Osmar Lootens Machado, a quem agradeço a presença.

O segundo palestrante é o Sr. Carlos Alberto Ataíde Trindade, Diretor do Departamento de Integração do Sistema Brasileiro de Inteligência da Agência Brasileira de Inteligência.

O SR. CARLOS ALBERTO ATAÍDE TRINDADE - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, senhoras e senhores, inicialmente gostaria de dizer da minha satisfação de aqui representar o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e a Agência Brasileira de Inteligência. É bem verdade que haveria outros mais competentes, porém fui designado porque hoje me encontro na condição de Diretor do Departamento de Integração do Sistema Brasileiro de Inteligência, cuja unidade é encarregada de fazer a coordenação dos grandes eventos no âmbito da Agência Brasileira de Inteligência e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Para a otimização do tempo, vou seguir as orientações da Sra. Presidenta em relação ao tema. E falo agora sobre como nossa organização está se preparando para os grandes eventos.



O Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e a Agência Brasileira de Inteligência, na condição de mandatários e coordenadores principais do Sistema Brasileiro de Inteligência, optamos por uma melhoria, pelo aprimoramento de uma atividade que já desenvolvemos na época dos Jogos Pan-Americanos, quando obtivemos sucesso espetacular do País. E a coordenação da inteligência foi feita por um centro de inteligência localizado no Rio de Janeiro.

Como temos a experiência do Sistema Brasileiro de Inteligência funcionando, tanto na Capital Federal quanto nas 26 Capitais dos Estados federados, resolvemos seguir essa mesma metodologia.

Planejamos um Centro de Inteligência Nacional na sede, em Brasília. Teremos um Centro de Inteligência Regional, no Rio de Janeiro. Esse Centro de Inteligência Regional e o Centro de Inteligência Nacional coordenarão o trabalho dos integrantes do Sistema Brasileiro de Inteligência.

Quero recordar aos presentes que o Sistema Brasileiro de Inteligência foi instituído pela Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999, e criou inclusive a Comissão de Controle das Atividades de Inteligência, agora tão bem liderada pela nobre Deputada.

O trabalho desenvolvido pela Agência será de coordenação de esforços das várias agências do sistema. No Rio de Janeiro, no mesmo espaço físico, teremos a expansão do Centro de Inteligência Regional, com a participação de várias agências e seus representantes. E esses representantes estarão ligados, ponto a ponto, com sua sede, fazendo toda essa interação.

É evidente que nós, no Rio de Janeiro, trabalharemos exclusivamente em prol da coordenação de segurança, inicialmente da Rio+20. Como bem disse o palestrante que me precedeu, o Major-Brigadeiro, já trabalharemos nessa concepção. Então, toda a inteligência necessária e possível de ser feita para a coordenação de segurança será realizada pelo Sistema Brasileiro de Inteligência, coordenado pela Agência Brasileira de Inteligência.

É importante que se diga isso porque hoje não podemos falar da atividade de inteligência no Brasil sem mencionar a importância do sistema. Nenhum país, como bem disse a nossa Presidente, trabalha hoje sem a atividade de inteligência — e eu diria, não na intenção de corrigi-la, mas só na intenção de adicionar—, sem um bom



sistema de inteligência. Então, não estamos trabalhando isoladamente. Agências que trabalham isoladamente estão fadadas ao fracasso.

Então, trabalhamos há algum tempo com o Sistema Brasileiro de Inteligência em várias frentes, e a atividade de inteligência não começou a trabalhar para um grande evento ontem, começou há bastante tempo.

O negócio da Agência Brasileira de Inteligência é fazer inteligência para o Estado brasileiro, é fazer inteligência na defesa dos interesses nacionais, é fazer inteligência em defesa da sociedade brasileira.

O Sistema Brasileiro de Inteligência demonstra isso tudo de maneira cabal. No Rio de Janeiro, que tem uma experiência enorme em grandes eventos, nós teremos, sem dúvida, no Centro de Inteligência Regional, a participação de órgãos estaduais e de órgãos municipais com grande experiência na condução de grandes eventos.

Essa coordenação de esforços vai fazer com que nós possamos, em tempo real, colocar essas informações todas à disposição do Centro de Coordenação das Operações de Inteligência do Comando Militar do Leste, órgão encarregado de fazer a coordenação de toda segurança no evento específico Rio+20.

Teremos também no Rio de Janeiro um Centro de Inteligência de Serviços Estrangeiros, em que reuniremos num espaço físico serviços estrangeiros, oficiais de ligação de serviços estrangeiros que estarão conosco, representando seus países e seus órgãos, no esforço do *link* internacional na área de inteligência. Então, nós teremos, em prol da coordenação de segurança, uma dimensão nacional e uma dimensão internacional à disposição do Centro de Coordenação das Operações de Segurança.

Em Brasília, temos um espelho, que é o Centro de Inteligência Nacional, que será baseado no complexo da Agência Brasileira de Inteligência, e essa estrutura toda, Sra. Deputada, como bem disse o Major-Brigadeiro, vai permanecer e depois será replicada nos outros grandes eventos.

Então, temos a experiência anterior, dos Jogos Pan-americanos, que foi colocado dessa forma, nós não tivemos em Brasília na época, hoje entendemos a necessidade, e, no Rio de Janeiro, o esforço maior desse trabalho.



É bem verdade que a Agência, na dimensão nacional, não trabalha simplesmente a cidade do Rio de Janeiro, quer dizer, não trabalha o Estado do Rio de Janeiro, nós trabalhamos na dimensão nacional. Então, todas as 26 superintendências da Agência Brasileira de Inteligência estarão, juntamente com o Sistema Brasileiro de Inteligência, replicadas em todas as Unidades da Federação.

Teremos os esforços dessas 25 outras superintendências carreados para o Centro Nacional, que também abastece o Centro de Inteligência Regional no Rio de Janeiro, que, por sua vez, apoia a Coordenação de Segurança da Rio+20.

A Agência tem trabalhado há algum tempo nesses temas específicos e temos procurado dimensionar todo esse trabalho através de avaliações de risco. É uma metodologia também desenvolvida pela Agência Brasileira de Inteligência, especificamente em uma das nossas unidades, e essas avaliações de risco estão sendo colocadas à disposição das autoridades, sejam estaduais, sejam federais envolvidas no planejamento e na segurança dos grandes eventos no Brasil.

Foi um trabalho também inédito feito pela Agência, que nos foi solicitado pelo CNO, o Comitê Nacional de Organização da Rio+20, uma avaliação de risco dos principais hotéis do Rio de Janeiro. Fizemos o trabalho em tempo muito curto para atender a organização do evento e também para buscar a sensibilidade das delegações.

Então, fizemos esse trabalho. É importante que isso chegue às mãos dos operadores de segurança desses grandes eventos, o que foi feito. Estamos prosseguindo com o trabalho de avaliação de risco, inclusive no que nós chamamos de avaliação de risco a quente, que é inclusive durante o evento.

Nós estaremos, permanentemente, monitorando para que possamos ter, durante todo o tempo, essa sensibilidade do que está acontecendo, a fim de que as forças de segurança possam se adequar ao que pode acontecer e, principalmente, ao inopinado.

Nós temos nosso planejamento pronto. Ele já vai integrar o Plano Geral de Operações do Comando Militar do Leste, e pretendemos, em 14 de maio, instalar os trabalhos nos dois centros, no Centro de Inteligência Nacional, aqui em Brasília, e no Centro de Inteligência Regional, no Rio de Janeiro, e depois trabalharemos *full time*, a partir de 3 de junho.



Estaremos mobilizando oficiais de inteligência de todo o Brasil e oficiais de inteligência técnicos, que estarão auxiliando no RioCentro, inclusive na questão de defesa cibernética, que é uma extraordinária preocupação hoje, em se tratando de um evento absolutamente *high tech*. Nós teremos uma conferência no Brasil de proporções gigantescas e com grandes inovações.

Então, isso tem preocupado sobremaneira a organização do evento, mas eu acredito, firmemente, que estaremos mais do que preparados para garantir a segurança do evento, a segurança dos nossos irmãos, a segurança dos participantes. Será um evento maiúsculo, um evento internacional gigantesco, que vai projetar ainda mais o nome do Brasil no cenário internacional.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Sr. Carlos Ataíde.

Quero lembrar que o debate será feito ao final das exposições.

Agradeço ao Deputado Vitor Paulo e ao Deputado Amauri Teixeira a presença, e já havíamos registrado a presença dos Deputados Alfredo Sirkis, Jaqueline Roriz e Taumaturgo Lima.

Com a palavra, então, o Sr. José Gomes Monteiro Neto, da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça.

O SR. JOSÉ GOMES MONTEIRO NETO - Bom dia a todos.

Inicialmente, quero registrar a satisfação de a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos participar desta audiência, que consideramos muito importante para que possamos conversar, trocar ideias e aprimorar os esforços feitos na preparação da segurança e das atividades de inteligência dos grandes eventos que o Brasil irá receber nos próximos anos.

Em primeiro lugar, Sra. Presidenta, gostaria de trazer uma reflexão a todos da Comissão e aos convidados: o Brasil já faz grandes eventos. O Brasil é um País experiente em grandes eventos. Todos os anos podemos perceber a ocorrência dos grandes *réveillons*, dos grandes são-joões, dos grandes carnavais pelo Brasil, e em cada um desses eventos há um serviço de segurança que há tempos consegue suprir a demanda de segurança.



É claro que precisamos aperfeiçoar as políticas de segurança do País, mas temos de deixar claro que um grande evento não é novidade para o Brasil. O Brasil já faz grandes eventos todos os anos.

Especificamente em relação aos grandes eventos, a esses mega eventos que o Brasil vai receber no decorrer dos próximos anos, para situar as competências da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça, é importante ressaltar que ainda no ano passado, através da edição do Decreto nº 7.538, foi delimitada a competência da Secretaria como responsável pela coordenação das ações de segurança da Copa do Mundo e da Copa das Confederações.

Posteriormente, no ano de 2012, em 28 de fevereiro, essa competência foi ampliada através da edição de outro decreto, da Presidente Dilma Rousseff, para incluir a Jornada Mundial da Juventude, que acontecerá no ano que vem no Rio de Janeiro, com a vinda do Papa, e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, que vão correr no ano de 2016 na cidade do Rio de Janeiro.

Esse decreto, quando criou a Secretaria, tratou de quatro temas principais e criou uma diretoria para cada um desses temas. Então, há na Secretaria a Diretoria de Operações, a Diretoria de Projetos Especiais e Capacitação, a Diretoria de Logística e a Diretoria de Inteligência, tema mais interessante a ser tratado neste fórum.

Na preparação de nossas atividades, a primeira providência que adotamos foi chamar todos os Estados e Municípios envolvidos na segurança desses grandes eventos. No caso da Copa do Mundo, que é o maior evento em número de entes federados participantes, chamamos as forças de segurança desses Estados, chamamos as forças federais, notadamente a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, a Agência Brasileira de Inteligência e, juntos, elaboramos um documento que chamamos Caderno de Atribuições, que delimitou — ressalto que com a participação de todas essas instituições — as competências que cada uma dessas instituições teriam, e terão, durante o grande evento Copa do Mundo 2014.

Isso é importante — e os dois palestrantes que me antecederam sabem — porque, em uma ação de segurança de um grande evento, quando as instituições



não sabem até onde vai a sua capacidade, podem decorrer problemas como a superposição de competências e alguns conflitos que queremos e vamos evitar.

A partir do Caderno de Atribuições, avançamos para o planejamento estratégico, que está pronto e foi apresentado há pouco tempo no CGCOPA, que é o Conselho Gestor da Copa, composto por alguns Ministros de Estado. Aguardamos somente a autorização da Presidenta Dilma Rousseff para fazer a divulgação desse planejamento estratégico — isso falando de Copa do Mundo.

A Copa das Confederações seguiu a mesma lógica. O Caderno de Atribuições que vale para a Copa do Mundo é o Caderno de Atribuições que vale para a Copa das Confederações, até porque as atribuições elencadas são as atribuições legais e constitucionais de cada um dos órgãos, com alguns pequenos ajustes, não na legislação, naturalmente, mas no modo de atuação de cada uma dessas instituições.

Para a Jornada Mundial da Juventude, desde o ano passado, preliminarmente, estamos realizando conversas com o Arcebispado do Rio de Janeiro e com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, que são os responsáveis pela organização temática do evento.

O Brigadeiro Gerson Nogueira disse na sua manifestação que se fala menos da Jornada Mundial da Juventude do que dos outros grandes eventos. E não podemos esquecer que, talvez, a Jornada Mundial da Juventude será o evento que mais trará estrangeiros ao Brasil, notadamente porque a América do Sul é um continente predominantemente católico e essa é uma oportunidade para que eles tenham esse contato, ao menos visual, com o Papa.

Estimativas ainda estão sendo feitas, mas esperamos que entre 3,5 milhões e 4,5 milhões de peregrinos virão ao Brasil para participar desse evento, que é dividido. Existe a Jornada Mundial da Juventude, que é um pouco mais amplo e, no âmbito dessa jornada, haverá a visita do Papa, momento mais crítico desse evento.

Todo nosso planejamento estratégico, e ele é feito para cada um desses eventos, está sendo baseado na análise e avaliação de riscos feita pela Agência Brasileira de Inteligência — e quero destacar aqui o excelente trabalho feito pela Agência.



Essas avaliações de risco buscam identificar nossas vulnerabilidades, as vulnerabilidades do Estado brasileiro, do País, e as ameaças decorrentes dessas vulnerabilidades. Então, o planejamento estratégico é feito pela SEJE, pela Secretaria, e tem como objetivo, observadas as vulnerabilidades e ameaças, a tentativa de anular essas ameaças ou mitigá-las.

Todo o planejamento foi feito nesse sentido e, agora, assim como disse o brigadeiro, a partir do planejamento estratégico nós partimos para o planejamento tático e para o planejamento operacional através da criação de Comissões Estaduais de Segurança para grandes eventos.

Estamos aguardando apenas a publicação dessas Comissões Estaduais que estão sendo criadas, com servidores indicados pela Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, pela Agência Brasileira de Inteligência, pelo Ministério da Defesa, pela Polícia Militar, pela Polícia Civil, pelo Corpo de Bombeiros, pela Defesa Civil, pela Guarda Municipal e pelo Departamento de Trânsito. Enfim, todos os envolvidos nas ações de segurança do grande evento terão um fórum em cada uma das duas cidades-sede, onde poderão discutir e alinhar aquilo que, em breve, chamaremos inicialmente de planejamento tático e, em seguida, de planejamento operacional.

No planejamento operacional, um pouco mais à frente, teremos condição de identificar o policial que vai estar em cada local de interesse operacional do grande evento. No caso da Copa do Mundo, seriam os estádios, os locais de *Fun Fest*, que são as festas que ocorrem durante os 30 dias de jogos, as zonas hoteleiras, os aeroportos, os portos, os pontos de fronteira. Todas essas áreas de interesse operacional estão sendo contempladas e serão estudadas, uma a uma, com essa grande integração que estamos fazendo com os órgãos federais, os órgãos estaduais e os órgãos municipais.

Sra. Presidenta, na verdade, a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos não opera, não tem uma força própria que vá ao terreno operar. A nossa grande função é aproveitar a *expertise* que o Brasil já tem na condução da segurança dos grandes eventos e unir essa *expertise* aos equipamentos que vamos adquirir, dando um aprimoramento a essa política de segurança pública. E, ainda mais: unir essas novas tecnologias à *expertise* da segurança pública em grandes



eventos com a grande experiência do Ministério da Defesa e o GSI nessas atividades, para, assim, sairmos do outro lado do grande evento com uma segurança pública muito mais aprimorada e ainda mais eficiente do que a que temos hoje. Esse é o grande objetivo e é o legado que queremos deixar para a segurança pública.

Por falar em legado, como uma coluna cervical da nossa política de segurança para grandes eventos, temos a adoção do conceito de comando e controle, algo que os militares têm há algum tempo. E agora, Brigadeiro, estamos querendo trazer para a segurança pública o conceito de comando e controle com a estruturação de um Sistema de Comando e Controle Nacional, que vai consistir em, inicialmente voltado aos grandes eventos e depois como legado para a sociedade brasileira, dois Centros de Comando e Controle de Operações Nacionais, um em Brasília, com um *backup* e uma redundância no Rio de Janeiro; 12 Centros de Comando e Controle Regionais, um em cada cidade-sede, no âmbito da Secretaria de Segurança Pública, que é quem vai ficar responsável pela administração desse legado após o grande evento; 12 Centros de Comando e Controle Locais, cada um deles nas arenas ou estádios onde ocorrerão os jogos; além de 27 Centros De Comando e Controle Móveis, que são viaturas, carros e ônibus, com a mesma capacidade, naturalmente um pouco reduzida, do Centro de Comando Fixo, e a possibilidade de se mobilizar ou de estar em cada local de *Fun Fest* ou de outro evento paralelo ao grande evento ou à Copa do Mundo, por exemplo.

Esse legado do comando e controle móvel, por exemplo — e cito um evento regional muito importante para o País, que é o São João de Caruaru —, durante o período do evento, fora da capital, poderá ir até lá e fazer o controle das atividades de segurança. Tudo isso visando ao legado.

Além disso, teremos um Centro de Cooperação Internacional, que o Dr. Ataíde mencionou há pouco e que funciona na mesma lógica, mas voltado para a área de operações. Nesse Centro de Cooperação Internacional, a ideia é convidarmos elementos ou agentes integrantes das forças de segurança de diversos países, tanto dos países que participarão da Copa do Mundo — teremos de esperar as eliminatórias terminarem para fazermos o convite —, quanto dos países que, embora não participem da Copa, são limítrofes, fronteiriços com o Brasil, pois



teremos aqui muitos estrangeiros provenientes desses países. Além desses dois grupos de países, há um terceiro grupo formado pelos países estratégicos para o nosso País. Embora não participem da Copa e não sejam fronteiriços com o Brasil, de alguma maneira nos interessa uma maior proximidade com as suas forças de segurança, de modo que tenhamos agentes das forças de segurança dos países participantes da Copa acompanhando suas delegações. Eles estarão nos estádios junto aos seus times. Teremos também integrantes das forças de segurança desses países nos estádios, no caso de haver alguma ocorrência envolvendo um concidadão seu. Se há, por exemplo, um jogo da Alemanha, e tenho alguma possibilidade de ocorrência envolvendo o cidadão alemão, terei um policial alemão, fardado — ele não terá poder de polícia e, naturalmente, estará sempre acompanhado de um policial brasileiro —, e fará aquele primeiro contato, até pela facilidade do idioma e do entendimento cultural entre dois concidadãos. Esse é um dos grandes objetivos da manutenção desse centro de cooperação internacional, aqui no País.

Trataremos agora especificamente da atividade de inteligência — e quero deixar claro, como disse o Dr. Ataíde, que é uma atividade coordenada pela Agência Brasileira de Inteligência. No entanto, de nossa parte, nesse viés da integração da atividade de inteligência, trabalhamos com três grandes eixos.

O primeiro é o eixo das ameaças externas. Temos plena noção daquilo que pode ser uma ameaça externa. Darei um exemplo: a presença de torcedores violentos no Brasil, aqueles que notadamente já tenham histórico de violência em estádios de seus países. Essa é uma preocupação nossa. Não é interesse do Brasil ter essas pessoas nesse grande evento.

Já estamos em contato com diversos países, não só nessa temática, mas em outras, solicitando-lhes que nos forneçam as informações necessárias para que, de alguma maneira, evitemos a presença dessas pessoas.

Quando falo em evitar, não significa que o Brasil tenha uma postura de resistência contra o turista. Não é isso. Pelo contrário; nosso País é pacífico e recebe muito bem o turista, e queremos cada vez mais oferecer condições para que o turista estrangeiro venha ao nosso País. Mas, se pudermos evitar que algumas pessoas com esse passado de violência venham ao Brasil, nós o faremos, porque



queremos preservar a segurança e a tranquilidade de todos os demais que estarão aqui no País.

Portanto, primeiro eixo, ameaças externas; segundo eixo, segurança dos portos, aeroportos e pontos de fronteira.

Temos um trabalho muito grande de integração de bancos de dados e sistemas com as forças de segurança federais e estaduais para proporcionar também àquele policial que está no porto, no aeroporto ou no ponto de fronteira informações para que adote medidas necessárias para identificar as pessoas que entram no nosso País.

O terceiro e último eixo de atuação da área de inteligência — não só de inteligência, mas como o fórum é sobre inteligência, eu prefiro ressaltá-la — é a segurança e a estabilidade interna.

Como já disse, baseado nesse conceito de comando e controle, vamos também procurar a união e a integração dos bancos de dados das forças de segurança federais e estaduais de modo a proporcionar ao policial, lá, da ponta, que vai estar na rua, fazendo o policiamento durante o grande evento, o acesso a esses bancos de dados e a possibilidade de tomar decisões que possibilitem a identificação mais rápida das pessoas, brasileiros e estrangeiros, e, a partir daí, a adoção das medidas de segurança pública necessárias para que possamos oferecer segurança e tranquilidade durante esses grandes eventos.

Para finalizar, gostaria de dizer que, em primeiro lugar, a Secretaria está à disposição dos senhores para o que for necessário; em segundo, deixo a mensagem de que o nosso objetivo é subdividido em dois grandes pontos muito importantes: o primeiro deles é a integração da segurança. Temos de sair desses eventos com as forças de segurança integradas — esse é o grande legado que o Ministério da Justiça deixará ao País. O segundo ponto diz respeito ao legado. Temos de pensar no grande evento; mas pensar num grande evento sem pensar no destino a ser dado a essas estruturas que estão sendo adquiridas é desperdiçar recurso público, e é isso que não queremos. Então, queremos sair, ao final, com um legado que permita o aprimoramento da segurança pública que se faz no dia a dia no nosso País.

Muito obrigado, Presidenta.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada ao nosso representante da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos do Ministério da Justiça, Dr. José Gomes.

Quero também registrar a presença do Deputado Antônio Mendes Thame, membro da Comissão Mista de Inteligência do Congresso Nacional e da Comissão de Relações Exteriores.

Com a palavra, nosso último expositor, Dr. Joanisval Brito, Consultor Legislativo do Senado. Posteriormente, abriremos a palavra para o debate.

O SR. JOANISVAL BRITO GONÇALVES - Obrigado, Deputada. Bom dia a todos.

Antes de mais nada, gostaria de dizer que, apesar de estar como Consultor Legislativo do Senado, não falo em nome do Senado ou do Congresso Nacional. O que trarei serão percepções próprias, questionamentos próprios, e alguns desses já foram inclusive respondidos depois dessas brilhantes exposições.

Também gostaria de registrar a importância deste evento, da discussão que se inicia hoje, da discussão que teremos agora, de manhã, e mais tarde, relacionada à atividade de inteligência. É importante que tenhamos em mente que as atividades de inteligência e democracia — e a Deputada ressaltou bem esse aspecto — são plenamente compatíveis.

As grandes democracias do mundo têm serviços de inteligência, funcionando de forma eficiente e eficaz. E para a garantia de que esses serviços atuem de forma eficiente, eficaz, efetiva e sem arbitrariedades é fundamental o controle da atividade de inteligência e o controle externo, realizado pelo Poder Legislativo, pela Comissão de Controle da Atividade de Inteligência e pelas Comissões do Senado e da Câmara dos Deputados.

Também é importante lembrar preliminarmente que este debate e estas audiências de hoje assinalam um ponto de inflexão quando tratamos da atividade de inteligência no Brasil, porque durante muito tempo esse tema foi visto com muito descaso. Durante muito tempo não se falou em atividade de inteligência; durante muito tempo não se conheceu nem se discutiu a atividade de inteligência. E esta Casa também passou por isso.



A Deputada Perpétua Almeida lembrou bem que se falou pouco sobre a inteligência aqui. Passa da hora de discutirmos esses temas, e o conjunto de audiências chama a atenção para a questão da política nacional de inteligência. Passa da hora de termos uma política nacional de inteligência; ainda não a temos no Brasil.

Tudo isso será discutido hoje. E o tema da audiência desta manhã passa por atividades de inteligência e grandes eventos. Atividade de inteligência e novas ameaças; atividade de inteligência e terrorismo. Como é que estamos preparados para isso? O que eu trago agora são algumas inquietações.

Antes de mais nada, quero começar contando uma história às senhoras e aos senhores. Pensem num grande evento, que reuniria milhares de pessoas, que ocorreu no meio da Guerra Fria, um evento que marcaria a história dos grandes eventos no mundo. O ano é o de 1972 e o mundo volta suas atenções para Munique. As atenções estão todas voltadas para Munique. Começam os Jogos Olímpicos de Verão naquela belíssima cidade alemã.

Qual a lembrança que temos de Munique? Poucos se lembram, por exemplo, de Spitz, que ganhou uma série de medalhas como nadador; pouca gente se lembra da final do basquete entre os Estados Unidos e a União Soviética, em que, num último lance, ganharam a medalha de ouro os soviéticos. O que se lembra de Munique, em 1972, é a imagem daquele terrorista na janela. Quando se fala em Munique, lembra-se do terrorista da janela; quando se fala em Munique, lembra-se do helicóptero explodindo; quando se fala em Munique, lembra-se de 11 atletas israelenses mortos. Essa foi a lembrança que ficou daquele grande evento: violência, terror, descontrole do Estado no lidar com o problema. Como falamos de Munique, a pergunta que vem é: qual é a lembrança que nós queremos ter dos grandes eventos que ocorrerão no País? Depois eu vou falar um pouco mais sobre Munique.

Diante desse quadro, já foi lembrado que teremos agora a Rio+20. São mais de 130 Chefes de Estados e Chefes de Governos, Deputada, que teremos aqui. Deputado Sirkis, teremos delegações do mundo inteiro. Teremos, só na Rio+20, mais de 50 mil pessoas dos quatro cantos do planeta. Mas, não teremos só a Rio+20; teremos a Copa das Confederações em seis cidades do Brasil; teremos a



visita do Papa — foi muito bem lembrado — e a Jornada Mundial da Juventude. serão 3 ou 4 milhões de pessoas. Isso equivale à população do Uruguai! É a população do Uruguai que vai chegar ao Brasil. Nós teremos a Copa do Mundo de 2014, com delegações de vários países; teremos as Olimpíadas e — foi bem lembrado — as Paraolimpíadas de 2016. Isso só para citar os maiores eventos.

A pergunta que fica é: qual é o significado desses grandes eventos? Para o Brasil será a grande vitrine. O Brasil vai-se apresentar ao mundo com esses grandes eventos. O Brasil vai não só demonstrar a sua capacidade de garantir segurança em grandes eventos, mas também apresentar-se como país, como povo. Ele vai mostrar a cordialidade do brasileiro, o sorriso do brasileiro, o acolhimento do brasileiro.

O problema é que esses eventos também podem servir de vitrine para determinadas pessoas e organizações que têm interesse em chamar a atenção. É nesse tipo de grande evento, por exemplo, que organizações terroristas podem cometer atentados tanto para chamar a atenção para a sua causa, como aconteceu em Munique — o terrorismo tradicional —, como para simplesmente causar dano indiscriminado a pessoas. Simplesmente causar dano, simplesmente matar, ferir e gerar o caos. Essa é uma oportunidade fantástica, ou melhor, essas são várias oportunidades fantásticas para quaisquer dessas organizações e pessoas.

Quando falamos nisso, pensamos nesses eventos todos acontecendo no Brasil e dizemos: *“Bom, eu não tenho por que me preocupar com isso: o Brasil não é alvo. É um país abençoado por Deus, bonito por natureza. Não temos problema com ninguém, não temos grandes atritos com país nenhum, com povo nenhum do mundo”*. Mas aí eu digo: nós temos tudo isso aqui? Sim. Nós somos assim? Somos, mas nós, no mínimo, vamos receber delegações de países que são alvos. Nós vamos receber autoridades de países que são alvos. Nós vamos receber, no caso dos eventos esportivos, cidadãos, torcedores de países que são alvos: Rússia, Estados Unidos, Israel, Espanha, Grã-Bretanha, só para citar alguns. E temos responsabilidade, somos o país anfitrião. Nós temos responsabilidade com essas autoridades, com essas delegações, com esses cidadãos.

Aí entram as minhas inquietações. Como está a preparação efetiva do Brasil para esses eventos? Aqui já foi apresentado — e foi muito interessante porque nós



tivemos o Ministério da Defesa, o Ministério da Justiça e o Gabinete de Segurança Institucional — como nós nos estamos preparando.

Eu queria ir mais fundo: como está preparada a inteligência brasileira, efetivamente, para esses grandes eventos? Já foi falado sobre comando e controle. Isso é fundamental, é importante. Eu fico feliz em ver como a Defesa, a Justiça e o GSI estão tratando desses temas. Como está o planejamento para esses eventos? Mais importante: como está a relação com a sociedade civil?

Esses não são eventos eminentemente públicos. Quando eu falo da sociedade civil, refiro-me não só à opinião pública, mas também à imprensa, ao setor hoteleiro. Como o setor hoteleiro de Brasília, Deputada Jaqueline, está preparado, em termos de segurança — nem vou falar de outros aspectos, mas de segurança —, para receber esses grandes eventos? Como é que o setor de transportes na área de segurança está preparado para isso? Como é que o setor de saúde está preparado? Por exemplo, Dr. Denilson Feitosa, como é que a cidade de Belo Horizonte está preparada para um eventual ataque radiológico com uma bomba suja? Quantos leitos hospitalares nós temos em condições de transformar em leitos para fazer frente a um possível ataque como esse? Como está o preparo dos nossos sistemas de telecomunicações? De energia?

O ataque a uma central energética, a um ponto energético para tudo. Brasília, essa maravilhosa cidade planejada que nós temos, com uma chuva um pouco mais forte para. Como é que estamos preparados para isso? Como é que a população brasileira está preparada para fazer frente? Como está a interação entre o Estado brasileiro, os órgãos de segurança e a sociedade como um todo? Como é que estamos preparados para o terrorismo?

E eu estou falando de prevenção, efetivamente. Vemos que o contraterrorismo, e é importante lembrar, o Brigadeiro chamou a atenção para isso, e eu repito: antiterrorismo é prevenção, contraterrorismo é como eu atuo depois que acontece o atentado, depois que acontece a ação.

Até onde eu sei, as nossas Forças Armadas, os nossos órgãos de segurança estão muito bem preparados para fazer frente a isso, pelo menos nas principais capitais. Não sei como está nas onze cidades, por exemplo, da Copa do Mundo, mas com a nossa capacidade de resposta, conhecendo a competência das nossas



forças policiais e das nossas Forças Armadas e a competência do nosso pessoal de inteligência, eu fico mais tranquilo.

Mas e a prevenção? Nós estamos trabalhando nessa prevenção? E como a inteligência, efetivamente, está organizada para isso? Como está a relação nos três níveis de Governo, federal, estadual e municipal? E, aí, eu acrescento mais um. O Brigadeiro lembrou o nível internacional. Na Rio+20 eu tenho de estar em estreita relação, por exemplo, com as Nações Unidas, com o sistema de segurança das Nações Unidas.

Nesses eventos eu tenho de estar em estreita relação com os órgãos de segurança e inteligência dos países que mandarão delegações, no mínimo. Porque se eu sou um chefe de inteligência de qualquer país estrangeiro, sobretudo um país que é alvo, eu vou preparar os meus serviços de inteligência para atuarem no Brasil.

Como está o relacionamento com esses serviços e a prevenção com relação a essas atividades? E, acima de tudo, como é que está a capacitação de pessoas?

Eu me preocupo muito com isso porque, na ponta, o que eu tenho é gente. Na ponta eu me preocupo com pessoas. Como é que está a capacitação dos órgãos de segurança, dos órgãos de inteligência, militares e civis? Como é que está a capacitação do pessoal civil que vai atuar nesses eventos nesses diferentes setores privados, na iniciativa privada?

Eu pergunto isso sempre quando viajo pelo Brasil, por exemplo, aos nossos taxistas: *“Como é que está o preparo? Vocês têm sido treinados, preparados até em questões de segurança?”* Porque talvez eu precise mobilizar os nossos taxistas, eu preciso mobilizar as nossas empresas de transportes, eu preciso mobilizar as nossas clínicas privadas. Como é que está a preparação desse pessoal?

E eu digo isso pelo seguinte: eu não me preocupo com as obras que nós vamos ter, em 2012 e 2013 isso saí, mas, preparar pessoas, Deputada Perpétua, treinar gente, capacitar gente, não é possível do dia para a noite. Isso requer formação, requer o desenvolvimento de uma cultura de segurança, uma cultura de inteligência, uma cultura que nos permita estar bem preparados para esses grandes eventos. É a capacitação de pessoal.



Para concluir, eu volto a Munique. Em Munique, vimos uma série de erros. E dizem que o sábio aprende com os erros dos outros. Nós temos que aprender com os erros.

O primeiro grande erro em Munique talvez tenha sido como se organizou a segurança daqueles jogos. Foram os primeiros grandes jogos olímpicos na Alemanha desde 1936, à época do Nazismo. Foram os jogos após a Segunda Guerra Mundial, foram jogos em que a Alemanha precisava mostrar para o mundo que era um novo país, um país da liberdade plena. Por isso se descuidou muito da segurança, do acesso às áreas dos jogos, da Vila Olímpica. Foi o primeiro erro.

Segundo erro, não se pensou efetivamente a possibilidade de um atentado. Então, quando acontece o sequestro dos atletas israelenses, quando os terroristas estão na Vila Olímpica, faltam comando e controle. Ninguém sabia quem estava à frente da resposta àquelas ações terroristas. O Governo da Baviera não se comunicava direito com o Governo Central alemão e as autoridades da cidade de Munique. Estavam todos perdidos. A Alemanha não tinha um aparato antiterrorista para fazer frente àqueles eventos, nem de contraterrorismo.

Para os senhores terem uma ideia, tentaram fazer uma operação usando policiais voluntários da Polícia de Munique. Quem quisesse, poderia ser voluntário para tentar fazer alguma coisa. Não deu certo.

Coisas mínimas como resposta, como isolamento do local, isolamento do perímetro, não foram feitas. Não houve isolamento do perímetro. Há um momento interessante dos atentados de Munique, quando a Polícia alemã, de forma muito amadora, se prepara para invadir o prédio onde estavam os israelenses. Essas imagens são fáceis de encontrar. Eles se vestem de atletas e se preparam para entrar no prédio onde estavam os 8 terroristas e os 11 atletas. Eles não sabiam nem o número de terroristas. As imagens mostram esses policiais cercando e se preparando para entrar no prédio. Esqueceram ou deixaram de cortar a eletricidade. Os terroristas estavam assistindo, pela televisão, ao vivo, à operação. Aí, tiveram que abortar a operação. Detalhe: estou falando da Alemanha Ocidental. Quem estava transmitindo nesse momento era a rede de TV da Alemanha Oriental. E os terroristas estavam ali vendo o que estava acontecendo.



Foi um despreparo total. O que fazer com os atletas? O que fazer com os reféns? O que fazer com os terroristas? Isso acabou culminando — isso acabou culminando, repito — em 11 atletas israelenses, 1 policial e 5 terroristas, dos 8, mortos. Três foram presos e, alguns meses depois, libertados e foram para a Líbia.

A imagem que fica de Munique e que ainda vai ficar durante muitos anos é esta: a imagem de um evento esportivo que deveria ser marcado pela alegria, pela liberdade, pela confraternização entre os povos, no auge da guerra fria, transformou-se na imagem de um evento de violência, de terror e de incapacidade das autoridades públicas de lidarem com a situação.

É por isso que eu fecho perguntando novamente: qual é a imagem que nós queremos deixar para o mundo dos grandes eventos? Fico feliz em saber que estamos nos preparando. Precisamos nos preparar mais e envolver cada vez mais não só os órgãos do Estado, mas a sociedade civil, nessas questões.

Obrigado, Deputada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Joanisval Brito Gonçalves.

Temos alguns inscritos para o debate. Depois vamos retornar aos nossos expositores.

Deputada Jaqueline Roriz e Deputado Alfredo Sirkis.

A SRA. DEPUTADA JAQUELINE RORIZ - Bom dia, minha Presidente, Deputada Perpétua Almeida, a quem parablenizo pela iniciativa.

Gostaria de cumprimentar, por sua brilhante exposição, o Sr. José Gomes Neto, representante do Ministério da Justiça. Graças a Deus, esse não é o primeiro grande evento e vocês estão se preparando para isso.

Essa ansiedade que Joanisval Brito nos demonstrou é a do brasileiro, desde o mais humilde ao alto empresário. Nós estamos ansiosos porque queremos, sim, fazer uma grande recepção.

Sr. Carlos Alberto Atades, que representa aqui a ABIN, eu o cumprimento pela exposição. Espero que a nossa inteligência esteja coordenada com a de outros países, como o senhor bem disse.

Cumprimento o Brigadeiro Gerson Nogueira Machado pela exposição.



Quando o Joanisval começou a falar, eu me lembrei que, em 1986, exatamente no ano em que iam escolher a sede das Olimpíadas de 1992, eu morava em Barcelona. Até então Barcelona era uma cidade muito tranquila. Quando foi cogitado que Barcelona estava entre as finalistas para sediar as Olimpíadas, a organização ETA transferiu o comando para Barcelona. E houve uma série de atentados terroristas nos quais morreram várias pessoas.

Então, minha preocupação e ansiedade é a mesma que a sua. Enquanto você falava, parecia que eram meus todos os seus questionamentos. Barcelona tornou-se um alvo, não por ser uma cidade violenta ou porque a ETA queria detonar os interesses franceses ali, era simplesmente porque ali se chamava a atenção do mundo inteiro. Barcelona seria escolhida como sede. O mundo inteiro olhava para Barcelona. E a ETA queria a atenção do mundo inteiro, não somente dos espanhóis.

Então, como coautora do pedido desta audiência, eu estou certa de que os senhores deram explicações a esta Casa, mas nós queremos mais. Queremos saber um pouco mais a fundo como a inteligência está se preparando para isso. Queremos garantir isso para a sociedade civil, como foi bem dito, deixar as pessoas menos ansiosas. Quanto mais informações os senhores passarem, menos ansiedade nos causará, e talvez a sociedade civil comece a se preparar melhor para isso.

Nos três eventos listados, os olhos do mundo estarão voltados para o nosso País, as nossas cidades e o nosso povo. Nós não podemos — e tenho certeza de que não iremos — decepcioná-los, porque acreditamos na nossa capacidade de realizações, como o senhor disse.

Graças a Deus, Sra. Presidente, o Brasil é um país de paz, como você disse. Os 190 milhões de brasileiros e brasileiras convivem respeitando as diferenças de etnias, raças, credos e religiões. Nós vivemos harmoniosamente, não temos conflito religioso, como vemos no Irã e nos países muçulmanos. Não temos nada disso, não temos conflitos que ameaçam a segurança das pessoas e a nossa integridade territorial, como os que assistimos, infelizmente, em outros países.

Mesmo diante de tantas autoridades especialistas no assunto, com mais conhecimento e experiência, atrevo-me a formular algumas questões que penso devem ser vistas para o pleno sucesso do evento. Algumas foram trazidas pela



comunidade, outras, de representantes de categorias diretamente envolvidas com a segurança do cidadão.

Por exemplo, ouvi dizer — não sei se é verdade ou não — que, se as pessoas detiverem o ingresso, mesmo que no país de origem seja necessário vir com o visto, não se exigirá das autoridades portuárias o visto de entrada. Tenho esse questionamento a fazer.

Diversas categorias profissionais envolvidas no sistema aeroportuário têm denunciado a precariedade dos nossos aeroportos, inclusive, estão realizando manifestações reivindicatórias, que precisam ser atendidas até a Copa de 2014. Esta é uma questão que preocupa.

Outro problema diz respeito às nossas extensas fronteiras, como foi dito pelo Deputado que passou por aqui. Nós temos 23 mil quilômetros de fronteiras, dos quais 16 mil são terrestres, com quase todos os países da América do Sul, com exceção de Equador e Chile. São fronteiras de relativo acesso, dada a dimensão continental do Brasil, e pouco efetivo policial e militar. É preciso que se defina, na brevidade possível, o papel das Forças Armadas e da Polícia Federal no trabalho diuturno de preservar nossas fronteiras. Existe muito conflito. As polícias têm que estar integradas às Forças Armadas.

Nesse caso, Sra. Presidente, temos problemas e reivindicações, alguns deles já chegaram a esta Casa. Há que se discutir a chamada gratificação de fronteira para aqueles policiais que já estão trabalhando lá. Outra questão, que certamente as autoridades brasileiras já discutiram e definiram, é a existência de um plano de contingências para as mais distintas situações, como as greves e o combate à desordem generalizada. No evento da Copa, os próprios movimentos que pretendem entrar em greve, por ver que o País está se tornando foco de atenções mundiais... Isso pode voltar a acontecer.

Por mais que possa parecer exagero, não podemos esquecer que ainda existem organizações terroristas das mais diversas matizes, que querem chamar a atenção mundial, como você bem disse, de forma absolutamente equivocada, para suas lutas políticas, territoriais ou religiosas.

Portanto, senhoras e senhores, todo cuidado é pouco. O que está em jogo é a capacidade de um país de promover eventos de tais magnitudes, já aqui



mencionados, sem deixar de cuidar dos milhares de turistas que virão. Temos de cuidar do nosso povo e dos que virão.

Estou certa de que todos os senhores palestrantes, com a autoridade e a responsabilidade dos cargos que ocupam, trarão a esta Casa e ao povo brasileiro a tranquilidade de que estamos no caminho certo na área de segurança para realizarmos, com sucesso, eventos mundiais.

Ao agradecer, peço que enviem mais informações para que a gente possa divulgá-las, através do nosso trabalho parlamentar, às pessoas e à sociedade civil.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Deputada Jaqueline.

Com a palavra o Deputado Alfredo Sirkis.

O SR. DEPUTADO ALFREDO SIRKIS - Vimos as exposições. Penso que estamos bem em matéria de organograma. As partes atinentes à defesa dos locais, hotéis, estádios esportivos e instalações de convenção parece-me que certamente estarão sendo tratadas de forma adequada. Então, minha preocupação se concentra exatamente naquilo que o Joanisval dizia, concentra-se em Munique.

Eu tive a oportunidade de ser signatário de uma audiência reservada, a portas fechadas, que tivemos, no ano passado, em razão de reportagens de uma revista de grande circulação que apontavam a presença no Brasil de uma série de expoentes ligados ao terrorismo internacional. Na época, tivemos uma discussão com a presença da Polícia Federal e da ABIN, inclusive o representante da ABIN me disse uma coisa que me deixou extremamente preocupado, que vou dizer a seguir.

De qualquer maneira, penso que o ponto que merece maior interesse e preocupação é justamente o ponto preventivo e proativo, que foi definido aqui como antiterrorismo. Isso depende claramente de se definir bem e identificar claramente de onde pode vir o perigo, construir cenários hipotéticos e trabalhar em cima deles.

Eu diria que se nós formos analisar hoje a ameaça terrorista, de certa forma, ela é muito pior do que em Munique. Em Munique foi um ato de um terrorismo mais clássico, enquanto hoje nós nos deparamos com modalidades de terrorismo que vão muito além, em termos de letalidade, daquilo que aconteceu em Munique.



Em Munique não teria havido mortes se não houvesse uma tentativa de fato de se debelar a situação. O terrorismo jihadista hoje, ao utilizar atentados suicidas, sequer coloca às forças de segurança as opções que as forças alemãs tinham em Munique.

Então, acho que o importante é definirmos e hierarquizarmos de onde pode vir a ameaça. Em primeiro lugar, penso que é do terrorismo jihadista, ou seja, aquilo que a imprensa convencionada coloca sob a denominação da Al-Qaeda, terrorismo sunita e de característica jihadista. É óbvio que o objetivo deles é sempre chamar atenção. Matar pessoas em grande quantidade é a melhor maneira de se chamar atenção, haja vista o 11 de setembro.

Em nosso País, nós não temos registro de nenhum atentado praticado por esses grupos, mas, diante de tantos eventos de natureza internacional, como a Rio+20, visita do Papa, Olimpíadas e Copa do Mundo, é absolutamente plausível se temer que essa nebulosa de grupos jihadistas possa praticar, em nosso País, algum ato destinado a chamar atenção.

De fato, a inteligência preventiva, a coordenação com serviços secretos de outros países, que têm muito desenvolvida sua capacidade de detecção dessas redes... Eu diria até que elas existem no nosso País claramente, apenas têm tido atuação de natureza mais logística, mais de arrecadação de fundos e retaguarda. Ainda não agiram, mas podem agir em razão da facilidade e da oportunidade que esses eventos oferecem.

A segunda grande ameaça, eu acho, de forma geral, que ela é a segunda maior em relação a esse jogos. Eu a listaria por terceiro, porque é o terrorismo especificamente ligado ao narcotráfico. Não penso que ele teria uma razão específica de atuar durante essas ocasiões, mas acho que sempre é uma ameaça extremamente presente e importante, dada também a letalidade das suas ações.

O terceiro, e esse eu vou desenvolver um pouco mais a discussão, são atos terroristas praticados por partidos políticos estabelecidos nas suas regiões, e até altamente representativos e ou governos praticando terrorismo de Estado, que em razão de situações exacerbadas nas suas regiões possam vir a executar esse atos em outra região.



E, aí, vou me referir muito claramente àquilo que eu considero, neste momento, tema de maior preocupação. É necessário acompanhar, de forma muito detida, a evolução da conjuntura da atualidade internacional. Acho que isso é a primeira coisa, para saber de onde podem vir as ameaças. E nós temos acompanhado claramente os riscos de guerra entre Israel e Irã, ou até entre os Estados Unidos e o Irã.

Há claramente uma situação de extrema periculosidade, na medida em que Israel claramente não admite a hipótese sequer do Irã se dotar de capacidade nuclear, e os Estados Unidos não admitem a hipótese do Irã se dotar de artefatos nucleares. E ambos os países, embora de forma diferente, e com graus de urgência diferente, colocam claramente em cima da mesa a possibilidade de um ataque aéreo preventivo contra instalações nucleares do Irã.

Evidentemente, a capacidade de resposta do Irã existe, através, inclusive, de seus aliados, do Hezbollah, o seu aliado no Líbano, que possivelmente numa hipótese dessa dispararia foguetes sobre Israel. O próprio Irã tem capacidade de disparar foguetes de longa distância sobre Israel, mas, de qualquer maneira, não podemos ignorar o fato de que no passado tanto o Irã quanto o Hezbollah já recorreram em situações específicas, e como ação de represália contra outras situações ocorridas, a atos terroristas fora do Oriente Médio.

Embora atípicos eles aconteceram. Refiro-me claramente aos atentados de 1992 e 1994, em Buenos Aires, praticados, é consenso internacional inequívoco, pela Guarda Revolucionária Iraniana e pelo Hezbollah, inclusive com apoio de altas autoridades do governo daquele país.

Foram dois atentados horripilantes, ocorridos na cidade de Buenos Aires, com numerosas vítimas civis, e foram represálias a atos praticados, no caso específico a morte de dois altos responsáveis do Hezbollah num ataque aéreo de Israel, o que gerou situações extremamente graves, rompimento de relações diplomáticas entre a Argentina e o Irã e a anormalidade na relação entre esses dois países, que até hoje não se resolveu.

Na audiência que realizamos, fiquei extremamente surpreso quando ouvi, por parte do representante da ABIN, naquela ocasião, a expressão de dúvidas em relação a essa autoria. Dúvidas em relação a se, de fato, o Hezbollah e a Guarda



Revolucionária do Irã haviam sido responsáveis por esse ato. Mas quem afirma isso não é apenas o governo dos Estados Unidos, da Inglaterra, ou de Israel, quem afirma isso é o governo da Argentina, e o Judiciário argentino. Então, parece-me ser absolutamente inequívoca a participação, nos anos 90, dessa organização, que não costuma praticar ações terroristas fora do território precípua de sua atuação, mas nesse caso foi uma exceção à regra.

Assim, penso que temos de analisar o risco de ameaça à luz desse possível conflito, que parece, de certa forma, inevitável. Pelo andar da carruagem parece inevitável que em algum momento se dê esse conflito entre Israel e o Irã. Vai haver, evidentemente, grandes tensões e conflitos de natureza bélica regular e irregular na região, mas é perfeitamente plausível que possa haver o extravasamento em outras regiões do mundo, na Europa, nos Estados Unidos, na América do Sul, inclusive no Brasil, em razão desses eventos.

E no caso dessa organização já é uma situação completamente diferente da Al-Qaeda. Primeiro porque é um partido político de massas, não é uma organização terrorista isolada de fanáticos como é a Al-Qaeda. Depois, tem um grau de implantação na América do Sul, e até no Brasil, consideravelmente superior, com uma base social, com redes estabelecidas, que fazem o trabalho logístico de propaganda e divulgação das suas ideias.

Penso que agimos bem em não reprimi-los enquanto tal. É importante que o Brasil mantenha o diálogo com todas essas forças, até para poder saber melhor e poder, digamos, dialogar, dissuadir, conversar. Mas, do ponto de vista de inteligência, temos de estar preparados para o pior, que é o extravasamento para o território nacional de conflitos que aconteçam remotamente.

Então, realmente, me deixou preocupado essa afirmação feita naquela ocasião. Pareceu um pouco a política do avestruz, não sei, talvez uma tentativa de ser politicamente correto. Eu acho que não podemos nos dar a esse luxo. Temos claramente de identificar quais são, sem tomar partido em relação às questões em si, mas quais são os conflitos fora do Brasil que podem acabar ocasionando situações aqui dentro.

Eu diria que sempre existe, por parte dessas forças que agem de uma forma mais racional do que aquelas primeiras que eu mencionei, evidentemente, um



grande pé-atrás em relação a praticar um ato dessa natureza no nosso País pelo que já foi dito aqui. No entanto, não é impossível que isso possa acontecer, até porque, muitas vezes, há a frustração de não ter conseguido agir.

Nós tivemos alguns atos dentro dessa guerra e da contabilidade que possa se estabelecer dos pontos marcados pelo dois lados. Tivemos a execução do número dois do Hezbollah em Damasco há alguns anos. Até hoje é considerado que não houve uma represália adequada. Tivemos recentemente a execução de cientistas ligados ao programa atômico do Irã, em Teerã. E, como ação de represália, tentativas frustradas de atentados contra objetivos israelenses diplomáticos na Tailândia e na Índia. Foram desastrosos. Então, claramente, existe aí um saldo negativo. E, infelizmente, vou dizer com toda sinceridade, é fácil agir no Brasil. É fácil praticar atentado. Chega lá no Rio de Janeiro e vê a localização do consulado americano, por exemplo, realmente é de extrema vulnerabilidade.

Então, eu acho que, para além de todas as medidas de proteção ao sítios, aos locais, de providências de natureza de ordem pública, é necessário, de fato, aperfeiçoar muito a nossa capacidade de coleta de inteligência preventiva. E foi aqui definido como antiterrorismo.

Para isso, temos de nos desfazer de *a priori* ideológicos, de má vontade em relação a esse ou aquele país. Temos de ver de fato de onde pode vir a ameaça, quem pode vir a ser o alvo. Claro que quem pode vir a ser o alvo é o maior interessado em nos fornecer a inteligência necessária para que possamos agir de forma preventiva e não deixar, pelo menos, que aconteça aqui, aqui não. Aqui realmente não pode acontecer nada. Isso é importante.

Naquela mesma reunião nós ouvimos por parte dos representantes da ABIN uma série de ponderações em relação às dificuldades que a Agência teria em realizar certas coisas, que hoje só a Polícia Federal teria condições legais para tanto. Refiro-me, por exemplo, ao trabalho de interceptação de chamadas telefônicas, que necessita de uma autorização judicial e apenas a Polícia Federal pode fazer. Então, vejo que aqui, inclusive, teria sido importante termos à Mesa a Polícia Federal, que hoje não está.

De qualquer maneira, na época eu tinha sugerido, e volto a sugerir, ao Judiciário que forme uma pequena equipe de juízes de plantão que possam estar



perfeitamente disponíveis para, em um prazo de tempo muito curto, autorizar interceptações telefônicas dessa natureza sempre que haja algum indício que isso precisar ser feito. Seria importante ter uma equipe do Judiciário, uns três ou quatro juízes especializados para poder responder. Isso é uma coisa importante.

Penso que deva se discutir claramente o que é necessário para que a ABIN possa aperfeiçoar as suas funções. Eu, de fato, fiquei muito preocupado com o que me pareceu uma falha de análise em relação a determinada situação, que é absolutamente clara e cristalina, praticamente ninguém coloca em dúvida. E também me deixou preocupado essa teoria que, aparentemente, vicejava lá dentro.

Para concluir, não tenho dúvida de que toda essa parte de defesa das instalações, dos alojamentos, das vias de acesso, da ordem pública em relação a outras ameaças menores, mais de incidentes e tudo, está, de fato, sendo bem cuidada. Mas eu acho que todos temos presente, como o Joanisval disse aqui, Munique, todos nós temos presentes que a evolução da situação internacional neste momento não é muito favorável. Há conflitos sérios que podem acontecer e nós, de fato, temos de ser proativos e estarmos preparados para fazer frente a qualquer cenário que emane desses conflitos.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Deputado Sirkis.

Lembro aos presentes que a partir das 14h30m teremos a segunda mesa-redonda, que vai tratar da percepção das ameaças pela comunidade de inteligência do País, inclusive com representação da Polícia Federal e de outros órgãos.

Preocupou-me muito o fato de que um dos eventos que menos estamos comentando é o que vai reunir o maior número de participantes, inclusive estrangeiros, que é a Jornada da Juventude, com a presença do Papa. Esse evento pode reunir até 4 milhões de pessoas, pelo menos 3 milhões de estrangeiros. Trata-se de um evento religioso que, inclusive, desperta a atenção no mundo. A nossa Comissão precisa buscar um contato com a CNBB, conversar, inclusive ver as preocupações da CNBB, que é a organizadora desse evento.

Quero pedir aos nossos expositores, que vão retomar a palavra agora, que nos digam quais são os mecanismos de identificação, como aqui foi citado, dos torcedores não bem-vindos aos eventos da Copa do Mundo. Que mecanismos nós



teríamos para identificá-los, por exemplo, dentro dos estádios, se vai haver isso? E, por outro lado, como foi citado muito aqui, os centros de inteligência de comando e de controle, como está sendo gestado, montada essa questão dos equipamentos? Se temos a tecnologia, se estamos buscando fora? Se estamos montando com tecnologia nacional, para que também tenhamos um pouco essa tranquilidade?

Vamos retomar aqui as respostas e as considerações finais a partir do primeiro, que foi o Major-Brigadeiro do Ar Gerson Nogueira, representando aqui o Ministério da Defesa.

O SR. GERSON NOGUEIRA MACHADO DE OLIVEIRA - Eu acho que essa audiência pública está sendo muito bem... Foi muito bom estar aqui, porque não houve controvérsia nenhuma. Acho que todos estamos raciocinando da mesma maneira. As preocupações são as mesmas, as atitudes são as mesmas e estamos caminhando todos no mesmo sentido.

Só quero corroborar algumas coisas, não vai ser uma resposta, só para lembrar o que foi falado aqui com relação às experiências anteriores que nós temos de grandes eventos. Lembro que a Rio+20 está sendo desenvolvida 20 anos após a Eco-92, daí o nome de Rio+20. Naquela época em um contexto, em um cenário completamente diferente, não existia nem o Ministério da Defesa, a participação das Forças Armadas foi mais a presença firme, de demonstração, de dissuasão para que se conseguisse evitar toda essa parte a que o Senador se referiu. Então, essa experiência tem contado muito a nosso favor.

Nós, das Forças Armadas, possuímos em cada Força os nossos sistemas de inteligência, que são lincados, logicamente, ao SISBIN, Sistema Brasileiro de Inteligência. O Sistema de Inteligência de Defesa — (SINDE) participa do SISBIN para a inteligência interna das Forças, levantando os dados de interesse nosso, logicamente integrando outros dados também. Isso não faz com que a gente fique tranquilo, não; a gente está extremamente atento a essa conjuntura atual, que está ocorrendo no mundo e, principalmente, aqui no Brasil.

Foi citado também que o nosso Brasil é um País pacífico, que não sofre ameaças, pelo menos declaradas, como essa que foi citada, de Munique, e outras ameaças que a gente vê ocorrer no mundo no dia a dia. No entanto, nós temos de



lembrar sempre: nós estamos lidando, em todos esses eventos, com países estrangeiros — são eventos internacionais.

Embora no Brasil em si não existam essas ameaças e o País não passe por essas ameaças, os países que vão participar podem ser alvos, como já foi citado também. Daí a nossa grande preocupação de a gente se colocar na situação desses países para poder dar-lhes a segurança necessária, principalmente os países alvos.

Para isso — fique claro aqui —, nós, do Ministério da Defesa, não estamos lidando com fatalidade. Não estamos imaginando que as coisas não vão acontecer: *“Ah, isso foi uma fatalidade”*. Nós estamos lidando para prevenir uma fatalidade. Esse é o nosso foco e a nossa orientação principal. Então, nós não ficaremos satisfeitos de falar: *“Não, isso ocorreu, foi uma fatalidade.”* Aconteceu isso em Munique; depois: *“É, foi uma fatalidade, não tinha jeito de...”* Logicamente, tinha jeito de fazer alguma coisa. Que isso fique bem claro.

Para isso, nós temos de raciocinar — é o que dirige o nosso raciocínio nos planejamentos — como ameaça: o que nós queremos, como ameaçador, causar no País, para conseguir algum sucesso, da parte do ameaçador? Raciocinando dessa maneira, nós poderemos assumir atitudes preventivas para que aquilo não ocorra. Esse é um processo de planejamento nosso, especificamente militar, mas voltado para essas atividades de defesa.

Uma coisa não foi muito citada. A gente cita coisas que podem aparecer assim mais fatal, como um atentado de matar gente, matar grande quantidade de pessoas, mas não raciocinamos com uma coisa que pode causar um caos tremendo nesses eventos — tremendo! —, um ataque cibernético.

Vamos raciocinar que um *hacker* — uma pessoa! — entre no *site* da TAM, da Gol, da Webjet, da American Airlines, e não se consiga mais fazer *check-in*, num grande evento desses. Acabou o evento! Simplesmente, ele não fez nada, absolutamente nada. Não fez greve de polícia, não fez greve de controlador, não fez nada; ele só entrou num *site* de uma companhia aérea, ou da maior companhia aérea brasileira, ou da que tem mais possibilidade de levar passageiros. Acabou o grande evento! Não se consegue mais fazer nada. Vamos supor que ele ataque um determinado aeroporto, o sistema de controle daquele aeroporto, e não se consiga controlar os aviões que vão pousar ali.



Então, essa parte é extremamente preocupante — não só preocupante —, nós estamos tomando as devidas providências para combater esse tipo de crime, que vai causar um caos muito maior do que matar 11 pessoas, porque, aí sim, vai gerar, em escala, pânico ou qualquer outra coisa, isso sem falar em outras situações.

Quando nós mostramos as infraestruturas críticas ali, nós estamos raciocinando dessa maneira também com relação à energia, com relação a transportes, com relação a telecomunicações. Não adiante ter um centro de comando e controle extremamente moderno, com alta tecnologia, quando não se consegue falar com ninguém.

E é simples isso. Com um ataque físico ou cibernético num centro de comando e controle desses, acabou. Não se consegue falar, não se consegue ver, não se consegue ouvir. Não temos ação nenhuma sobre a ponta da linha, a pessoa que está executando o tipo de ação preventiva ou repressiva, independente disso.

Uma parte extremamente importante — não sei se os senhores atentaram para os recursos, inclusive, que foram alocados — é a defesa aeroespacial e o controle do espaço aéreo. E aí eu já volto um pouquinho ao que foi citado aqui com relação à capacitação. Além da preocupação que nós temos também — e compartilhamos isso com todos os que estão aqui —, nós já estamos tomando providências com relação à capacitação tanto da parte de defesa cibernética, quanto da parte de defesa aeroespacial e controle do espaço aéreo, a coisa mais visível que vai acontecer.

Foi feita aqui citação — isso é citado todo dia na imprensa — com relação aos problemas dos aeroportos. Isso está virando um assunto recorrente irritante, porque as coisas estão sendo feitas, e na realidade não aparecem. Há coisa que vem por trás disso. Não é só construir pátio, não é só construir pista, é o que vem por trás disso. Logicamente, essa infraestrutura física é extremamente importante, porque nada também vai andar sem estrutura física. O que vem por trás disso é a capacitação das pessoas, para que aquele determinado aeroporto ou atividade aeroportuária funcione. Isso já está sendo feito. Não é para tranquilizar, é para compartilhar essas informações. Realmente é bastante importante.



Com relação a esse sistema de C2 também, nós estamos num ponto de inflexão aos centros de comando e controle. Basta ter um centro de comando e controle, como eu disse, altamente sofisticado. Nós nos lembramos do 11 de Setembro. Quer comando e controle melhor do que o que existia nos Estados Unidos naquela época? E conseguiram atingir as torres, dois aviões.

(Intervenção fora do microfone. Ininteligível.)

O SR. GERSON NOGUEIRA MACHADO DE OLIVEIRA - Então, que sistema de comando e controle é esse que não conseguiu pelo menos agir nas ações? O primeiro avião que chegou para interceptar aquele avião que ia bater chegou 9 minutos depois de o segundo avião ter batido. Que sistema de comando e controle é esse?

Então, com relação à defesa aeroespacial e ao controle do espaço aéreo, falando especificamente sobre esse sistema de comando e controle, pode ser que aconteça um atentado terrorista desses, aí vamos agir contra o terror? Logicamente estamos agindo *(ininteligível)*. Poderia ocorrer porque é uma situação imponderável, mas estamos lidando para prevenir uma situação dessas, e não ocorreria como ocorreu naquele fatídico 11 de setembro. *(Pausa.)*

Com relação ao acompanhamento da parte jurídica, todas as nossas ações, todas as nossas regras de engajamento, na ponta da linha, que vai fazer a segurança desses grandes eventos, estão sendo acompanhadas desde já pela Advocacia-Geral da União, que nos presta serviço de assessoria, principalmente nas nossas regras de engajamento.

Voltando àquele assunto, nós estamos trabalhando numa normalidade institucional; não é um período de exceção, nenhum, e nem vai haver esse período de exceção, exceto se houver um colapso dos órgãos de segurança pública; aí, sim, agindo dentro da lei, mas com aquelas exceções de emprego das Forças Armadas e do Ministério Público Militar.

Além disso, nos locais onde haja emprego das Forças Armadas, para a segurança dos grandes eventos, vai ser montado um cartório judiciário. Nós não temos atividade de Polícia Judiciária. Qualquer coisa que ocorra, prender uma dessas torcidas ou um desses estrangeiros que vêm aqui fazer algum tumulto, a responsabilidade seria a apreensão dessa pessoa ou desse grupo e passar para a



Polícia Judiciária, que não tem nada a ver com as Forças Armadas. Quer dizer, vai haver uma interação ali. Isso já foi pensado, já está sendo dimensionado e vai ser acompanhado. Mas, na realidade, eu tenho certeza de que a Polícia Federal já está pensando nessa sugestão de participar mais efetivamente com relação ao Poder Judiciário em si, os juízes, as varas judiciais.

Para encerrar, quero dizer que nós estamos trabalhando com afinco nessa parte que nos coube, nessa missão que nos coube, nessas atribuições especificamente das Forças Armadas, para a segurança dos grandes eventos. Temos pensado muito nas consequências perversas que poderão ocorrer, caso alguma coisa não dê certo. A partir desse pensamento nosso, dessa proatividade nossa, nós estamos conseguindo levar os nossos planejamentos para a frente nos vários níveis.

Temos — esse é um ponto de inflexão também — a operação interagências. Falamos muito das Forças Armadas, e nós nos entendemos mais, mas com as agências que estão participando — os Governos, as Polícias Militares, os Corpos de Bombeiros, a Defesa Civil, que muitas vezes não é citada, mas que tem um papel importantíssimo no controle de tumulto, não só de desastres naturais, mas na parte de um atendimento inicial de emergência de saúde, de pânico da população num grande evento desses, que seria uma catástrofe — nós temos uma relação muito próxima e estamos nos aproximando cada vez mais.

Então, eu agradeço a oportunidade de termos apresentado o nosso planejamento.

Estamos à disposição para qualquer necessidade ou esclarecimento que se faça necessário.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Major-Brigadeiro-do-Ar Gerson Nogueira Machado de Oliveira.

Passo a palavra ao Sr. Carlos Alberto Ataíde Trindade para as suas considerações finais, também em resposta às perguntas que vieram.

O SR. CARLOS ALBERTO ATAÍDE TRINDADE - Muito obrigado, Sra. Presidenta.

Eu anotei aqui algumas questões que considero realmente de altíssimo relevo e vou objetivamente tentar dissertar sobre algumas delas. Começo pelas do nosso



Deputado Alfredo Sirkis, dizendo ao nobre Deputado que a Agência Brasileira de Inteligência tem o Departamento de Contraterrorismo. Não vou entrar na questão semântica, se deveria ser antiterrorismo ou contraterrorismo, não importa isso. Esse departamento faz justamente isso que o senhor falou. Ele faz um *link* constante, permanente com as agências internacionais. E ele trabalha exatamente com essa preocupação, aliás, uma preocupação da atividade de inteligência, a prevenção. Quando o evento ocorre, eclode, quando nós temos um fenômeno acontecido, falhou a inteligência. Não há outra conclusão sobre isso. Então, nós trabalhamos com prevenção e assessoramento.

Esse departamento tem trabalhado com muito afinco, e há muito tempo, justamente na prospecção de cenários: muito trabalho com a interação, com a interconexão, a troca de informações entre as agências. E temos uma proximidade muito grande com os serviços de inteligência estrangeiros, que também têm os seus oficiais designados para o Brasil. Não são muitos, mas são alguns que estão permanentemente trabalhando conosco. Então, existe, sem dúvida nenhuma, essa preocupação. E essa é uma preocupação permanente do Estado brasileiro, na questão relacionada à atividade de inteligência.

A nossa avaliação de riscos para a Rio+20 realmente contempla terrorismo internacional — não poderia deixar de contemplar, é agenda internacional —, mas com baixa probabilidade. Então, no trabalho desenvolvido de avaliação de risco comparece, Sra. Presidenta, terrorismo internacional, com baixa probabilidade. Mas isso é mais do que suficiente para que a atividade de inteligência não descure. Não pode. Não tem esse direito.

Nós trabalhamos com afinco, sem dúvida nenhuma, para a prevenção nesse fenômeno que foi trazido à baila. E eu acho importante que possamos discutir isso, principalmente, como bem discorreu o nosso Deputado, em relação ao que nós consideramos transferência do conflito. As condições podem mudar de uma hora para outra. A transferência do conflito realmente é motivo de grande preocupação. Daí a preocupação com a prevenção. Estamos trabalhando muito nisso.

O Deputado também trouxe a questão relacionada com o narcotráfico, com a criminalidade organizada. É uma preocupação, sem dúvida, é uma ameaça, e ela está contemplada na nossa avaliação de risco.



Temos passado isso tudo para os operadores de segurança, para que possam trabalhar na parte de planejamento e nas ações que serão desenvolvidas para a manutenção da lei e da ordem durante esse grande evento, especificamente o evento Rio+20.

Sobre o evento Rio+20, só uma observação. Todos os colegas já fizeram considerações sobre a quantidade de chefes de Estado e de chefes de Governo no Brasil ao mesmo tempo. É um verdadeiro pânico para qualquer tipo de segurança.

As questões relacionadas, as questões mais simples, vamos dizer assim, se revestem de uma complexidade absurda quando nós temos que fazer, por exemplo, trajetos, mobilidade urbana na cidade do Rio de Janeiro. No que se tem planejado e se tem trabalhado já existe uma interação muito grande com essas autoridades nos três níveis.

Com relação a algumas questões levantadas pelo Joanisval, diria ao Joanisval que se preocupe, mas não se preocupe tanto. Nós estamos mais do que preocupados por você com relação a essa questão, principalmente do envolvimento da sociedade. E esse envolvimento da sociedade passa por uma sensibilização de vários setores. Por exemplo, em relação ao setor hoteleiro, como você bem disse, nós fizemos avaliação de risco nos principais hotéis quatro e cinco estrelas do Rio de Janeiro, já com um contato muito próximo com aqueles encarregados da segurança desses hotéis. E não só com os encarregados da segurança, mas com o gerente, o pessoal receptivo, o pessoal que realmente gerencia a atividade hoteleira no Rio de Janeiro.

E a propósito disso, Sra. Deputada, nos dias 2 e 3 de maio nós estaremos fazendo uma outra reunião com esses setores no Rio de Janeiro para fazer esse trabalho de sensibilização com relação a contraterrorismo e a contrainteligência. Reuniremos o setor aéreo também, o setor de receptivos e o setor hoteleiro. Faremos esse trabalho, que inclusive já foi feito no passado. Isso não é inédito, talvez seja inédito para alguns, mas esse trabalho foi feito com grande sucesso nos Jogos Pan-Americanos. Estamos repetindo esse trabalho.

Com relação à capacitação, também estamos fazendo a capacitação, não é de agora, há muito tempo, dentro do Sistema Brasileiro de Inteligência. A ABIN tem



a orientação do nosso Ministro para que faça esse trabalho de capacitação do Sistema Brasileiro de Inteligência.

Especificamente fizemos, há pouco tempo, dois estágios lá no Rio de Janeiro e também em Brasília para aqueles integrantes do Sistema Brasileiro que vão trabalhar nos centros de inteligência.

A relação com os serviços estrangeiros, sem dúvida nenhuma, é fundamental, de capital importância. E nós estaremos culminando, neste evento do Rio de Janeiro, com os centros de inteligência desses serviços estrangeiros, que é o que se tem como paradigma com relação a grandes eventos mundiais. Em todos os grandes eventos temos o trabalho de centros de inteligência de serviços estrangeiros.

Com relação à integração no âmbito dos Estados, das Unidades da Federação, temos o Decreto nº 4.376/2002, que regulamenta o Sistema Brasileiro de Inteligência em âmbito federal. A ABIN tem capilaridade nas Unidades da Federação, e fomos reproduzindo o Sistema Brasileiro de Inteligência nos Estados. Hoje temos nos Estados uma reprodução do Sistema Brasileiro de Inteligência, inclusive ampliado, porque levamos, como convidados, os órgãos estaduais e municipais envolvidos na parte da segurança. São órgãos estratégicos que não são de inteligência nem de segurança, Sra. Presidenta, mas são fundamentais para o trabalho a que se propõe a inteligência brasileira. Então, temos hoje um trabalho muito forte nos Estados. E quero fazer justiça e dizer que o nosso Ministro do Gabinete de Segurança Institucional tem ido pessoalmente aos Estados da Federação, tem conversado com os Srs. Governadores, tem reunido o Sistema Brasileiro de Inteligência e tem conclamado todos para que façam um trabalho integrado, cooperativo e proativo em benefício da atividade de inteligência federal.

E isso tem sido feito. Ontem mesmo estivemos em Campo Grande, retornamos à noite, e sob a batuta do Ministro José Elito fizemos esse trabalho, junto ao Sistema Brasileiro de Inteligência, nos Estados. Existe uma noção muito clara hoje em dia, e posso afiançar a V.Exa. e aos colegas participantes que estamos trabalhando com muito afinco. Encontramos finalmente uma maneira de operacionalizar o Sistema Brasileiro de Inteligência. Temos objetivos, temos noção exata, temos foco e sabemos como trabalhar.



Com relação à Rio+20, temos o nosso planejamento, que já foi concluído. Aliás, estamos além, estamos trabalhando nos chamados conhecimentos necessários, ou pontos de interesse, que são fundamentais para o abastecimento da área de planejamento das operações de segurança e também para a execução dessas operações.

Sobre os mecanismos de identificação e trabalho junto à área de segurança, como a Deputada perguntou, certamente o Monteiro vai aprofundar um pouco mais, mas eu diria que aqui também entra a parte de inteligência com o relacionamento que existe entre os diversos serviços.

Em relação aos centros de inteligência, aos centros de comando e controle na área de inteligência, muitas vezes se tem a ideia glamourosa — que muitas vezes a sétima arte nos trouxe — de que precisamos de coisas extremamente sofisticadas, de instalações subterrâneas, de 15 andares embaixo de uma montanha. Senhores, a solução melhor é a mais simples e muitas vezes conseguimos fazer um trabalho de altíssimo nível com um dispositivo como este que tenho em mãos. Este dispositivo, similar a um *pen drive*, na verdade trata-se de uma plataforma criptográfica portátil desenvolvida para utilização pela atividade de inteligência para o Sistema Brasileiro de Inteligência. Com essa plataforma eu consigo fazer comunicações seguras através da Internet. Mas algum dos senhores vai me perguntar: “*Mas como, se isso aí vai ser quebrado?*” Sim, vai ser quebrado. Um bom *hacker* trabalhando 24 horas levará 17 anos e 6 dias para quebrar a cifra desta plataforma criptográfica portátil.

Então, temos o produto nacional, estamos trabalhando com afinco, estamos desenvolvendo e vamos desenvolver cada vez mais através de um preceito que parte do simples para o complexo, Sra. Deputada. E temos capacidade operacional, capacidade de instalação de novos equipamentos, e sabemos como fazer o nosso trabalho. Posso sem dúvida afiançar a capacidade de desenvolvimento de trabalhos, como bem disse o Monteiro, em grandes eventos. Temos essa capacidade e vamos trabalhar da melhor maneira possível para a segurança e a tranquilidade de todos nós.

Muito obrigado.



A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Sr. Carlos Alberto Ataíde.

Passo a palavra ao Dr. José Gomes Monteiro Neto, da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, do Ministério da Justiça.

O SR. JOSÉ GOMES MONTEIRO NETO - Obrigado, Presidenta.

Foram feitos vários questionamentos aqui e acho que não vou ter tempo de abordá-los todos, até porque o Brigadeiro e o Dr. Ataíde já o fizeram em parte. Mas vou me ater a quatro questões.

A primeira delas foi abordada pelo Joanisval, que falou sobre capacitação. E eu gostaria de deixar claro que a capacitação também é uma preocupação nossa. É um processo que sabemos que não acontece do dia para a noite, não só pela complexidade dos temas, mas também pela necessidade de se capacitar grandes efetivos em um grande evento. Já estamos trabalhando nisso em estreita cooperação com a Secretaria Nacional de Segurança Pública, que já detém uma estrutura de ensino e aprendizagem desenvolvida ao longo dos anos, tanto a distância como presencialmente. Esse trabalho está sendo feito com a SENASP.

Também estamos procurando desenvolver uma capacitação em parceria com outros países que detêm experiência nesse tipo de evento. Vou dar dois exemplos: o Reino Unido, que já visitamos algumas vezes e onde teremos a presença de observadores durante os Jogos Olímpicos, das três esferas de Governo; e os Estados Unidos. Nesse momento, na Cidade de Lima, no Peru, estamos capacitando policiais, não de todos os Estados, porque não tínhamos vagas para todos os Estados, mas há multiplicadores de oito Estados da Federação e os estamos capacitando em segurança de dignitários. Também em parceria com o Governo americano iniciaremos, em maio, um curso de combate a riscos químicos, biológicos, radiológicos e nucleares. Esse curso é para 100 policiais, multiplicadores, e vai ocorrer na Academia de Polícia Civil do Distrito Federal. É uma parceria nossa com a Polícia Civil do Distrito Federal. Na Academia da Polícia Federal, em seguida, vamos ter o primeiro de uma série de três cursos para gestores de alto nível — o curso de gestão de grandes eventos. Então, estamos atacando em duas frentes: a frente operacional e a frente de gestão de grandes eventos. No decorrer do ano teremos certamente dezenas e dezenas de cursos, procurando exatamente mitigar



essas vulnerabilidades e ameaças que constam no planejamento estratégico, baseados no trabalho da nossa coirmã, a Agência Brasileira de Inteligência.

Em relação ao questionamento que fez a Deputada Jaqueline Roriz sobre as contingências, quem trabalha com planejamento sabe, e não só na área de segurança, mas também de planejamento empresarial ou outro de qualquer natureza, que quem tem um plano não tem nenhum, porque se esse plano falhar o que se faz é na contingência. Então, para todos os planos que estamos desenvolvendo no nível estratégico, no tático e no operacional temos a previsão da contingência. A Deputada falou muito acertadamente em relação às greves. Temos sim uma previsão a depender da categoria, até da segurança privada, como aconteceu na África do Sul, onde houve a greve de seguranças privados. Aqui também pode acontecer isso, pois vivemos em um regime democrático em que a greve é um direito do trabalhador. Mas temos planos de contingência para lidar com essa situação, sejam eventuais greves da segurança privada, sejam eventuais greves de instituições do serviço público.

A terceira questão, Sra. Presidenta, foi levantada por V.Exa. e diz respeito à questão do Centro de Comando e Controle, sobre como se encontra o trabalho de estruturação desse Centro de Comando e Controle. O Ministro da Justiça, no ano passado, criou a Comissão Especial de Grandes Eventos, em razão da grande quantidade de recursos que serão destinados à aquisição de equipamentos para os grandes eventos. Essa comissão é responsável por receber as empresas que gostariam de participar, que julgam ter as soluções necessárias para que nós possamos estruturar não só o Centro de Comando e Controle, mas os outros itens que o Governo Federal vai adquirir e passar para os Estados, para o seu legado.

Essa comissão se reúne às quartas-feiras e está recebendo essas empresas, colhendo as informações daquilo que há de mais moderno no mercado. A partir daí, vamos, em breve, passar à fase do processo licitatório, para aquisição desses itens.

Uma última questão, também do Joanisval: qual é a lembrança que nós gostaríamos que as pessoas tivessem a respeito dos grandes eventos? Como profissional de segurança, eu, absolutamente, Presidenta, não gostaria que as pessoas que viessem aos grandes eventos no Brasil se lembrassem da segurança. Esses eventos não são eventos da segurança. Eles são eventos festivos. Eles são



eventos de confraternização. Então, Joanisval, eu não quero que eles se lembrem da segurança. Eu quero que eles se lembrem da festa, eu quero que eles se lembrem que o País teve a capacidade de proporcionar a tranquilidade necessária para que eles viessem festejar. É claro que para isso, para que eles não se recordem do homem da segurança, nós temos que nos preparar para, apesar de invisíveis, sermos eficientes, sermos efetivos e bastante discretos, como exige o nosso regime democrático, em que a segurança é um meio e não um fim. Então, que eles voltem para casa com a alma lavada de alegria e felicidade e, claro, com uma imagem muito melhor do nosso País do que o mundo tem hoje. Estamos trabalhando para isso.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada, Dr. José Gomes Monteiro.

Gostaria de passar a palavra ao nosso último debatedor, o Dr. Joanisval Brito Gonçalves.

O SR. JOANISVAL BRITO GONÇALVES - Obrigado, Deputada.

Algumas questões foram muito interessantes aqui. Algumas já foram bem respondidas. Então, eu vou tocar em pontos bem específicos.

A Deputada Jaqueline Roriz lembrou do problema da fronteira. Independente dos grandes eventos, independentemente dos jogos que nós vamos ter, é fundamental que o foco nas fronteiras seja aumentado. Nós precisamos aumentar o controle e a segurança das fronteiras. E esse é um trabalho conjunto, que envolve Forças Armadas, Ministério da Justiça, autoridades policiais federais e locais, estaduais. São 16 mil quilômetros de fronteira. Isso é poroso. Para se ter ideia, a fronteira dos Estados Unidos com o México é algo em torno de 3 mil quilômetros. E a maior parte é de deserto. A dificuldade de se controlar uma fronteira como aquela é visível. Imaginem 16 mil quilômetros de fronteira com diversos países com características as mais distintas. Isso é um problema. Podemos aproveitar agora essa série de eventos para aumentar a preocupação, o investimento e o trabalho de controle de fronteira.

Foi lembrada também a questão dos aeroportos. Eu não vou entrar na questão estrutural. Uma coisa que me preocupa muito no Brasil é o controle nos



aeroportos. Tivemos, na semana passada, uma mobilização da Polícia Federal, e uma das questões que se levantou foi exatamente a vulnerabilidade da terceirização do controle dos aeroportos. Isso é complicado. Eu acho que o Brasil é um dos poucos países — se não, o único País do mundo — que terceirizam o controle de uma das áreas mais sensíveis do território, que é exatamente o controle do aeroporto. É a entrada. É a linha de entrada. Eu preciso de gente capacitada e com autoridade, efetivamente, para exercer aquele controle. Isso me preocupa. Acho tremendamente legítima a preocupação dos policiais federais.

Outro ponto importante, que foi bem lembrado aqui. Monteiro, eu conheço o trabalho de vocês e queria dizer que vocês estão de parabéns, junto com a SENASP. Há alguns anos, na SENASP, é feito um trabalho de capacitação, de treinamento, e isso tem que ser considerado. E esse trabalho que eles têm feito na SENASP, que agora estão fazendo no âmbito da Secretaria Extraordinária, é bom destacar, é feito muito na ponta também. Eu me lembro de um encontro promovido, na época da SENASP, há alguns anos, pela Coordenação-Geral de Inteligência dos chefes dos organismos de inteligências estaduais. Isso gera um efeito multiplicador muito grande, mas, ao lado desses encontros, nós também temos a capacitação dos profissionais locais, porque é preciso capacitar gestores, capacitar também o homem que está lá na ponta, o guarda municipal, o policial militar, o policial civil, nos Estados. Muitas vezes aqui em Brasília nós ficamos fora da realidade, mas temos Estados da Federação onde a capacitação em segurança e inteligência é mínima, é deficiente. E esse trabalho que já vem sendo feito e tem sido feito de forma muito eficiente pelo Ministério da Justiça, em parceria com a ABIN também e em alguns casos até com as Forças Armadas, é um trabalho muito relevante, que vai gerar frutos que vão muito além dos grandes eventos que vamos ter aqui.

O Deputado Sirkis chamou a atenção para alguns pontos que também merecem muito destaque: a percepção do terrorismo hoje é bem distinta do terrorismo de 30 anos passados. Antigamente se chamava a atenção por uma causa. Não eram ações suicidas. Hoje, o simples fato de causar danos, causar morte, causar o maior estrago possível já é a razão de ser dessas ações, e temos que estar preparados para isso.



Essa questão dos conflitos, do extravasamento dos conflitos, também é fundamental. E o Brasil, cada vez mais, está buscando ocupar um papel de protagonista no cenário internacional. E à medida que eu tento ocupar um papel de protagonista, que aumenta a minha participação no cenário internacional, aumentam as minhas responsabilidades, aumenta a minha necessidade de me envolver em questões internacionais também, e com isso a Nação se torna um alvo. Ou seja, é muito plausível que conflitos, longe daqui, por exemplo, como no Oriente Médio, cheguem ao nosso território.

O Deputado Sirkis também comentou a respeito da surpresa com a manifestação da ABIN, e aí eu destaco a importância do Parlamento nesse contexto, da Comissão de Controle e das outras Comissões desta Casa, particularmente a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara, e a mesma Comissão do Senado. O Parlamento tem essa função de controlador, e é o Parlamento que vai cobrar. Exatamente isso. Os serviços de inteligência — falando de serviço de inteligência e segurança — estão operando de acordo com as diretrizes, estão agindo de forma eficiente, estão cumprindo suas obrigações ou estão simplesmente trabalhando de fachada, deixando de fazer o que tem que ser feito, o mínimo que tem que ser feito? Essa é a função desta Casa, essa é a função desta Comissão. É importante destacar isso para os Parlamentares: o poder que tem, Deputada Perpétua, a Comissão de Controle das Atividades de Inteligência é muito grande. É essa comissão que pode ir a cada órgão de inteligência, ou ao conjunto do sistema brasileiro de inteligência, e perguntar se estão trabalhando, de que maneira estão, por que não estão fazendo e o que estão fazendo. E essa comissão também tem outra responsabilidade: cobrar das autoridades públicas, nesse caso, do Governo Federal, como esse Governo percebe a atividade de inteligência, e cobrar maiores investimentos, por exemplo, na atividade de inteligência.

Quando falo de investimentos, eu sempre me lembro do ano de 2009, quando o orçamento da ABIN, descontado o pessoal, foi de algo em torno de 40 milhões de reais para o ano. Claro que não podemos fazer essa comparação, mas, fazendo, o orçamento de inteligência dos Estados Unidos foi de 70 bilhões de dólares. Bom, foram 40 milhões de reais para a Agência Brasileira de Inteligência operar durante



um ano. Por coincidência, nesse ano de 2009 tivemos a primeira das muitas crises do ENEM, o vazamento das provas — não sei se vocês se lembram do vazamento das provas do ENEM, que gerou uma complicação tremenda.

Vocês se lembram do vazamento das provas do ENEM, que gerou uma complicação tremenda? A primeira estimativa de prejuízo, só com o vazamento daquelas provas, foi de 40 milhões de reais. Ou seja, se o Estado brasileiro se preocupasse mais com inteligência, com prevenção, talvez nós conseguíssemos evitar esse tipo de problema.

Inteligência serve para isso. Inteligência serve para prevenir, para assessorar o tomador de decisão. Inteligência, em última escala, serve para proteger o Estado e a sociedade. Agora, inteligência exige investimento, precisa de dinheiro, como tudo no Estado.

Como cidadão, preocupa-me muitas vezes um Estado brasileiro que gasta dois milhões de reais financiando um *blog* de artista e não tem condições ou pensa duas vezes antes de investir em inteligência.

A função desta Comissão, Deputado — o senhor foi ao ponto —, é cobrar isso também das autoridades governamentais.

Para encerrar, fico contente com o que disse Dr. Ataíde aqui. Posso me sentir mais tranquilo com relação a esses grandes eventos e espero poder participar de alguns deles. O meu planejamento era estar fora do Brasil quando eles acontecessem, mas já fico mais tranquilo e espero participar sabendo que a segurança desses eventos está em boas mãos.

Obrigado, Deputado.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Perpétua Almeida) - Muito obrigada.

Queria lembrar aos nossos participantes que, no período da tarde, às 14h e 30min, teremos o segundo painel de debates sobre Inteligência Nacional no Congresso. Esse segundo painel terá como debatedores: Wellington Soares Gonçalves, Diretor-Geral da Polícia Federal; Luiz Alberto Santos, do Gabinete de Segurança Institucional; Coronel Paulo Roberto, do Ministério da Defesa; Denilson Feitoza, pós-doutor em Inteligência e Segurança e Direito; Ronaldo Carmona, sociólogo e estudioso da geopolítica brasileira na USP.



O debate da segunda mesa será “Como os órgãos de inteligência do Brasil consideram ameaças ao nosso País”.

Gostaria ainda de agradecer aos Deputados Damião Feliciano e Alfredo Sirkis e aos Deputados que por aqui passaram: Jaqueline Roriz, Taumaturgo Lima, Vitor Paulo, Amauri Teixeira e Mendes Thame. Agradeço a todos pelas presenças.

Lembro aos colegas que a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional realizou um evento como esse para debater o serviço de inteligência em 2000. O segundo debate foi em 2009. Isso me preocupa muito, porque as ações de inteligência precisam ser uma preocupação de rotina do Congresso Nacional. A partir de agora, nós queremos e precisamos fazer com que este seja um debate de rotina: acompanhar os trabalhos de inteligência do nosso País.

Muito obrigada a todos.

Convido-os para estarem às 14h30min neste plenário.